

Gazeta das Caldas



Recortes

da

REPÚBLICA



Recortes da REPÚBLICA

Custódio Maldonado Freitas

Por: Carlos Querido
carlos_mq@hotmail.com



■ Destaque da fotografia de Maldonado Freitas

Iniciado na loja maçônica Fraternidade, de Óbidos, com o nome simbólico de Galeno, sábio da antiguidade com vasta obra sobre medicamentos, Custódio Maldonado Freitas, farmacêutico, republicano, emerge como uma das figuras mais poderosas da região após o triunfo da revolução de 1910.

Entre os cargos que ocupa, destacam-se a presidência da comissão administrativa do Hospital, a presidência da comissão administrativa da câmara, e as funções de administrador do concelho.

Na primeira nomeação para este último cargo, enfrenta críticas implacáveis na imprensa regional, particularmente em *O Círculo das Caldas*, de 20 de Fevereiro e de 2 de Abril de 1911, afirmando o semanário caldense, sob a epígrafe «Uma infâmia», ter prescindido de se manifestar contra a nomeação «[...] pela convicção em que estávamos e estamos, de que a nova auctoridade tem qualidades de

sobra para cair, sem dar grande trabalho aos seus inimigos».

O protesto leva ao encerramento do comércio da vila, como se conclui do manifesto publicado na edição de 1 de Abril do jornal *Leiria Ilustrada*, subscrito por 26 comerciantes e seis industriais caldenses, com a seguinte declaração: «[...] foi livremente e como sinal de protesto contra a desastrosa nomeação do novo administrador deste concelho, que encerrámos os nossos estabelecimentos [...]».

Apesar da polémica, assume as funções de administrador do concelho, em 21 de Março de 1911, como nos dá conta o semanário leiriense *O Radical* na edição de 23 de Março: «Custódio Freitas. Perante o cidadão Governador Civil do Distrito, tomou antehontem posse do lugar de administrador do concelho das Caldas da Rainha, este nosso amigo e bom republicano, a quem felicitamos, apetece-lhe que consiga harmo-

nizar as divergências ali existentes, para o que não lhe falta competência».

Permanece em funções até ao mês de Julho, mas regressa dois anos depois com o apoio incondicional de *O Defensor*, que na edição de 22 de Fevereiro de 1914 lamenta o seu pedido de exoneração: «Administrador do concelho. Segundo informações que temos, o cidadão Maldonado Freitas vai pedir a sua exoneração d'este cargo que tão proficiente e imparcialmente tem exercido com satisfação para os correligionários e admiração para os adversários políticos [...]».

Custódio Maldonado Freitas esteve ligado a três publicações caldenses republicanas, tendo sido administrador do *Direito do Povo* (publicado entre 20 de Novembro de 1910 e 22 de Janeiro de 1911), colaborador assíduo de *O Defensor* (publicado entre 1913 e 1925), director, proprietário e editor de *O Regionalista* (publicado entre 1920 e 1925), para além de intervenções esporádicas em periódicos da região, como aconteceu sob o pseudónimo de Galeno, em vários números do *Leiria Ilustrada* (edições de 14 e 28 de Outubro e 11 de Novembro).

Face à brevidade da vida do *Direito do Povo*, é nas páginas de *O Defensor*, que Custódio Maldonado Freitas encontra apoio indefectível e solidário, desde o primeiro número até à suspensão da publicação em 17 de Julho de 1923.

Neste semanário caldense transparece por vezes enorme admiração pelo chefe republicano, traduzida em prosa deslumbrada, como esta que se colhe da edição de 7 de Dezembro de 1913: «[...] Por entre as figuras mais em foco na campanha eleitoral divisava-se o perfil insinuante e grato de Maldonado Freitas. Tomando a palavra iniciava um belo gesto, com verbosidade cuidada e elegante, um discurso difícil de acompanhar. Burlando a frase aqui e ali, procurando sinónimos tendentes a fazer-se compreender aos cerebros menos cuidados [...]».

Frontal, por vezes truculento, não foi nem quis ser uma figura consensual.

Não esquecia afrontas, nem virava a cara ao confronto, como se vê na interpelação feita na primeira página de *O Defensor*, de 28 de Junho 1914:

«Ao editor do jornal O Radi-

cal de Leiria. Como colaborador do jornal 'O Defensor', venho por este meio, convidar o sr. editor do jornal 'O Radical', de Leiria, a dizer-me se as palavras 'escrocs' e 'gatunos' insertas num eco publicado no seu jornal com a epígrafe 'Canalha', no numero 25 do corrente, me dizem respeito [...]».

Republicano e anticlerical, frequentemente acusado de radicalismo pelos seus inimigos, na imprensa da época surgem aqui e além referências a um espírito independente, capaz de procurar e de prosseguir o seu próprio caminho.

Em crónica publicada na edição de 5 de Setembro de 1912, com o sugestivo título «Freitas espiritual», *O Radical* satiriza a agitada independência do farmacêutico: «[...] O nosso Freitas [...] acaba de declarar, por meio da tuba canora da imprensa, que não está filiado em partido algum. O seu espírito rebelde esvoaça na athmosphera limpida e serêna dos grandes ideaes, disposto a só poisar, temporariamente, semelhante a pomba sagrada, sobre aquelle partido que moralise e saneie a administração e economia das Caldas [...]».

Numa carta dirigida ao director do *Leiria Ilustrada*, publicada em 31 de Agosto de 1912, Custódio Maldonado Freitas explicava assim as razões da sua independência: «[...] Não queremos empregos e por isso não nos submeteremos a esta ou aquela po-

lítica. Será com o nosso trabalho e esforço profissional que havemos de garantir o nosso futuro, não mendigando votos para em recompensa recebermos um emprego ou favor á custa dos cofres da Nação [...]».

Chegado ao governo em Janeiro de 1915, o General Pimenta de Castro adia as eleições e encerra o parlamento, defrontando-se com descontentamentos que hão-de culminar na insurreição de 14 de Maio, com centenas de mortos.

Na vila thermal, *O Defensor*, na primeira página da edição de 2 de Maio, com letras garrafas e foto de Maldonado Freitas, sob o título «A obra da ditadura», dá notícia indignada de uma prisão: «Consumou-se a infâmia [...]». A farmácia e casa de residência de Maldonado Freitas, o inquebrantável republicano de alma e mãos limpas, a quem estas terras tanto devem, foram assaltados no intuito de o assassinar e roubar. E enquanto ele e o nosso correligionário José dos Santos Germano se encontram presos no Limoeiro, o bando de facínoras, autor dos assaltos continua á solta, espancando e maltratando todos os que nesta vila tem a coragem de se dizerem republicanos [...]».

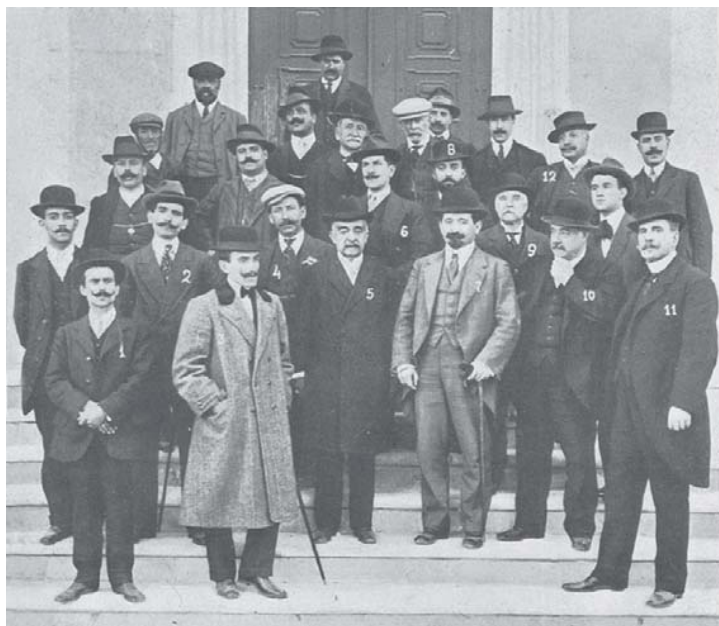
Na segunda página, o mesmo jornal enaltece o prisioneiro: «[...] O Maldonado Freitas é alguém. Mesmo até por o ser é que a ditadura, por intermédio dos seus servidores, o mimoseou com o

assalto a casa e o atentado, felizmente frustrado, á vida [...]». Saudamos mais uma vez o amigo querido e o batalhador indomável. [...]».

Na mesma edição, relatam-se os factos ocorridos em 2 de Abril. Tudo se precipitou, afinal, por causa de uma procissão:

«Há já bastantes anos, ainda antes da proclamação da República, que em Caldas não se realizavam procissões [...]». Os sócios da delegação caldense da Associação do registo Civil, de que Maldonado Freitas era presidente, enviaram ao administrador do concelho um ofício [...] protestando contra o facto e recomendando o cumprimento dos artigos 57.º e 58.º da lei separatista do estado e das Igrejas. Aquela autoridade, grosseiramente, sem respeito pelo seu cargo nem pelas crenças dos seus administrados que não comungavam na mesma ordem de idéas, respondeu com outro, espumando ameaças que os republicanos acolheram com o desprezo absoluto [...]». Cerca de meia hora depois da procissão recolher [...] uns correligionários nossos que se encontravam na Praça da Republica eram provocados e agredidos. Dahi a correram em massa á residência de Maldonado Freitas aos gritos de «Mata-se!», «faz-se em pedaços!», «atira-se da janela abaixo!», misturados com insultos avinhados, foi um instante [...]».

Pelo meio, há notícia de pe-



■ Fotografia feita em frente da casa de Francisco Grandela, na Foz do Arelho, publicada na *Ilustração Portuguesa*, n.º 321, de 15.04.1912, acessível no site «hemerotecadigital».

Recortes da REPÚBLICA

Joaquim Manuel Correia

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Nasceu no concelho do Sabugal, mas a revolução de 1910 vem encontrá-lo na vila das termas, com banca de advogado e militância republicana.

Joaquim Manuel Correia, figura prestigiada na região, aclamado nos Paços do Concelho no dia seguinte ao da implantação da República, assume de imediato as funções de administrador do concelho, e no dia 7 de Outubro divulga um documento notável, de apelo à serenidade e à tolerância.

Trata-se de um edital afixado «na séde de todas as freguesias rurais», que *O Círculo das Caldas* publica na edição de 11 de Outubro de 1910.

Rezava assim no seu início: «Joaquim Manuel Correia, administrador d'este concelho, imerecidamente aclamado hontem nos Paços do Concelho desta villa, pede a todos os cidadãos do mesmo concelho que cooperem digna e honestamente para a consolidação da República Portuguesa, que no dia 5 do corrente foi implantada no Paiz, dando exemplo de civismo e de cordura [...] que ponham de parte paixões e odios, para apenas pensarem no bem da Patria, que se ha-de traduzir no bem comum [...]».

Segue-se a legitimação do novo regime, como consequência e imperativo da razão e dos novos tempos: «[...] É mister que triunphe a razão e que se preste culto e homenagem aos homens de sciencia, aos operários do progresso e às conquistas da civilização [...]».

A ilegitimidade do poder monárquico é denunciada como uma evidência: «[...] Seria injustiça para todos os cidadãos d'este concelho julgar os tão cegos e ignorantes que ainda acreditassem que os reis administrem os povos em nome de Deus. Isso acabou. [...] A velha monarchia que em tempos remotos teve razão de existir, quando os heroes adquiriam o sceptro com as armas na mão, dirigindo os povos, não se comprehende já no estado actual da civilização [...]».

Na crítica à monarquia, o novo administrador do concelho recua apenas um século, com referência a feridas recentes e desvalorização das liberdades emergentes do liberalismo: «D. João VI fugiu precipitadamente para o Brazil, deixando-nos entregues às armas de Napoleão; e seus filhos depois, aparentan-

do patriotismo, converteram o paiz n'um vasto campo de batalha, atendo a guerra civil de tão tristíssima memoria, d'onde resultaram apenas simuladas liberdades [...]».

No meio do texto, a convicção do autor, na tolerância religiosa do novo regime: «[...] O Governo da Republica certamente há-de respeitar as crenças de todos, e o velho principio, de que se deve 'dar a Deus o que é de Deus e a Cesar o que é de Cesar' [...]».

No final, a saudação da pátria republicana: «Saudemos com amor o nosso velho Portugal que sempre tem sido dos Reis e d'ora ávante há de ser dos portugueses. [...]».

A acta de aclamação do primeiro administrador republicano do concelho, subscrita por várias dezenas de cidadãos caldenses, será mais tarde publicada no semanário *Direito do Povo*, na edição de 8 de Janeiro de 1911.

A sua condição de republicano histórico vem certificada na última edição do referido semanário, de 22 de Janeiro de 1911, onde são publicados os nomes dos aderentes ao Partido Republicano, antes e após a revolução de 1910.

Na lista dos que militavam na república ainda no tempo da monarquia, lá figuram, entre muitos outros, Albino Antunes de Castro, António Duarte Angélico, António Gomes Mafra, António Paulo Rodrigues, Avelino António Soares Belo, Arthur d'Almeida Leitão, Custódio Maldonado Freitas, Eduardo Gonçalves Neves, Francisco d'Almeida Grandella, Francisco da Silva Ladeira, Hercúlo Elias, João Duarte Angélico, Manuel Querido Branco e João António Duarte.

Nos dias que se seguem à sua aclamação, Joaquim Manuel Correia vai encontrar a feroz oposição de João António Duarte, editor e proprietário do semanário *Direito do Povo*, que exige a suspensão de todos os funcionários da câmara, selagem de todos os arquivos e imediata sindicância das gestões anteriores, proposta que merece a frontal discordância do novo administrador «receando ferir inocentes», como refere S. P. Danton¹, em *A Questão Política nas Caldas da Rainha*.

Viviam-se tempos agitados, e a voz serena, moderada e pacificadora de Joaquim Manuel Correia, não resiste ao confron-

to com o sector radical do Partido Republicano caldense.

Na edição de 10 de Novembro de 1910, *O Círculo das Caldas* noticiava a derrota e o afastamento de Joaquim Manuel Correia: «Em virtude de profundas dissidências que existem no partido republicano local, dissidências muito acentuadas na sessão da comissão municipal efectuada no dia 2 do corrente, e na reunião que teve logar na sexta-feira ultima no Centro Cândido dos Reis, pediu a demissão do cargo de administrador do concelho o nosso amigo sr. dr. Joaquim Manuel Correia, presidente da referida comissão. O illustre cidadão deixou tambem o cargo de presidente da câmara.»

Apesar do triunfo da República, continuava actual o velho aforismo monárquico "rei morto, rei posto", e logo na edição de 19 de Novembro de 1910, *O Círculo das Caldas* noticiava a posse do novo administrador: «Conforme foi anunciado, tomou no dia 11 do corrente, posse na séde do districto, do logar de administrador do concelho, o cidadão Arthur Leitão, uma das figuras de mais preponderância do partido republicano português.»

Para o lugar de presidente da comissão administrativa da câmara, também deixado vago pelo afastamento de Joaquim Manuel Correia, ascenderia o seu adversário, presidente da Comissão Paroquial Republicana, João António Duarte.

O advogado do Sabugal, que por razões familiares fixara residência na vila termal, afastava-se definitivamente da actividade política, e assume o lugar de Conservador do Registo Civil do Distrito de Leiria, como noticia *O Círculo das Caldas* na edição de 2 de Abril de 1911: «N'um dos dias da semana ultima, tomou posse do logar de conservador do registo civil em Leiria, o nosso particular amigo, sr. dr. Joaquim Manuel Correia, republicano de velha data que occupava n'esta villa o cargo de presidente da comissão municipal republicana na occasião em que foram proclamadas as novas instituições...».

Na hora da despedida, *O Círculo das Caldas* não poupa elogios ao primeiro presidente da câmara e administrador do concelho na era republicana: «[...] um carácter de eleição, muito honesto e trabalhador, conqui-

tou nas Caldas, onde perto de 8 anos exerceu a advocacia, a sympatia geral [...] apreciado e querido por amigos e adversários [...]».

O semanário *Leiria Ilustrada*, na edição de 25 de Março, dá destaque ao novo conservador distrital, e noticia a sua transferência para Leiria: «[...] o dr. Joaquim Manuel Correia fixará na proxima semana a sua residencia n'esta cidade com a sua familia [...]».

Não se confirma a mudança de residência, e contra esse facto se insurge o semanário leiriense *O Radical*, que na edição de 7 de Setembro de 1911 ataca o conservador em tom injurioso, exigindo-lhe «mais respeito pela lei, isto é, que fixe residência nesta cidade, que não passe por aqui como 'cão por vinha vindimada'».

Sentindo-se injuriado, Joaquim Manuel Correia responde ao jornal leiriense, em carta que este se recusa a publicar, e que na edição de 14 de Setembro jocosamente qualifica como «maior ainda que a légoa da Póvoa».

Na mesma edição, *O Radical* afirma que não visava ofender o conservador com a expressão utilizada, e sugere que se transfira para a sede do distrito a banda da Guarda Republicana das Caldas «ficando assim certos de que S. Exa., como apreciador da referida Banda que é, se resolve a vir até aqui e demorar-se mais algum tempo».

O conservador persiste em manter a residência na vila termal, sendo alvo de novo ataque do semanário leiriense *O Radical*, na edição de 19 de Outubro de 1911, que contesta a sua ausência e insiste que no exercício das suas funções o conservador distrital «tem por obrigação residir na capital do distrito».

Em carta de 9 de Maio de 1912, publicada em *O Leiriense*, na



Capa e viola do estudante de Direito de Coimbra, Joaquim Manuel Correia, patente ao público na exposição comemorativa dos 150 anos do seu nascimento, no Museu Municipal do Sabugal - Autoria: Capeia Arraiana.

edição de 11 de Maio, Joaquim Manuel Correia informa ter requerido a exoneração do cargo, e despede-se de todos os amigos e antigos funcionários a quem oferece «[...] a sua casa e humilde préstimo nas Caldas da Rainha [...]».

Fiel à palavra dada, mantém-se distante da política activa, mas próximo da vida cultural e dos interesses da vila, surgindo em 1925 no núcleo das dez personalidades fundadoras do jornal *Gazeta das Caldas*.

No jornal que ajudou a fundar, em crónica publicada na edição de 14 de Outubro de 1928, é afectuosamente homenageado por Luiz Teixeira, que o define como «orientador e figura central» dos republicanos caldenses «ainda e felizmente vivo e cheio de mocidade no espírito e no coração».

Discretamente, na cidade que escolheu para viver, morre em 10 de Outubro de 1945.

Nas edições que se seguem a esta data, não encontramos qualquer referência na *Gazeta das Caldas* à grande figura cívica e política, que foi um dos seus

fundadores.

Para a história, Joaquim Manuel Correia deixará também vasta obra sobre as gentes e as terras raianas.

Para terminar, uma curiosidade: o primeiro administrador republicano do concelho de Caldas da Rainha é hoje recordado como «um esquecido vulto da *Canção de Coimbra*»², tocando com frequência nos tempos de estudante, em serenatas na Alta de Coimbra, com a guitarra que se vê na imagem que acompanha este texto, com que chegou a acompanhar a mítica voz de Augusto Hilário.

(Footnotes)

¹ Pseudónimo de Sérgio Joaquim Príncipe, redactor principal nos primeiros números do semanário *Caldense*

² O Defensor, na tese inquestionavelmente lógica de João B. Serra, in *Elites Locais e Competição Eleitoral* em 1911.

³ *Blogue Guitarra de Coimbra* - <http://guitarracoimbra.blogspot.com/>

Recortes da REPÚBLICA

João António Duarte

Por: Carlos Querido
carlos_mq@hotmail.com

Reza a acta publicada na edição do *Direito do Povo*, de 8 de Janeiro de 1911: «Aos seis dias do mez d'Outubro, de mil novecentos e dez, pelas duas horas e meia da tarde, n'esta administração do concelho, chegou acompanhado de grande numero de cidadãos desta villa de Caldas da Rainha, o cidadão Joaquim Manuel Correia [...]».

Aclamado administrador do concelho, Joaquim Manuel Correia, também presidente da comissão administrativa camarária, defronta-se com o líder da facção radical dos republicanos caldenses, João António Duarte, presidente da comissão paroquial republicana e vogal da referida comissão.

Do confronto, emerge como vencedor João António Duarte, após o afastamento de Joaquim Manuel Correia, que *O Círculo das Caldas* de 10 de Novembro de 1910 noticia como consequência «[...] de profundas dissidências que existem no partido republicano local, dissidências muito acentuadas na sessão da comissão municipal efectuada no dia 2 do corrente, e na reunião que teve lugar na sexta-feira ultima no Centro Cándido dos Reis [...]».

Um mês depois, na edição de 8 de Dezembro, *O Círculo das Caldas* descreve a festiva inauguração da bandeira, solenemente desfaldada por João António Duarte «n'uma das janelas do edifício municipal», na Praça da República.

João António Duarte não era um desconhecido na vila termal, tendo sido fundador dos jornais *O Círculo das Caldas*, e *Direito do Povo*, este último publicado pela primeira vez em 20 de Novembro de 1910, onde figurava como editor e proprietário.

Em crónica publicada no semanário *Leira Ilustrada*, edição de 18 de Março de 1911, sob a eloquente epígrafe «Doido, vingativo e mau», Adriano Teixeira Pinto pinta um quadro dramático deste político caldense.

O correspondente do semanário leiriense começa por referir os elevados cargos que João António Duarte acumulava na época: «[...] vamos fornecer aos leitores algumas informações sobre o homem eminente que nesta vila acu-



■ Portão da Quinta de S. João dos Casais da Ponte, que pertenceu a João António Duarte

mula os cargos de Presidente da Câmara, Administrador do Concelho e Juiz substituto, em exercício nos impedimentos do Juiz de Direito [...]».

Segue-se uma implacável síntese biográfica: «[...] No ano de 1891, fundou-se nesta vila um centro republicano. A este centro pertencia o republicano histórico João António Duarte, que pouco tempo depois deixou de ser republicano, para se ir filiar no partido progressista, tornando-se neste partido um emérito galopim eleitoral durante 15 anos. Reconhecendo os seus correligionários a sua monomania do mando, recompensaram-lhe os serviços eleitorais com o cargo de vereador d'uma câmara progressista. Em breve tentou fazer toda a casta de disparates que os seus colegas de vereação não aprovaram, motivo por que teve de sair da vereação. Foi tal o desgosto que sofreu, por se ver fora do lugar que lhe lesonejava a vaidade, que lhe deu volta o cerebro, a ponto de ter de ser internado no Hospital de Rilhafóles, como se prova pela certidão que passamos a publicar. [...]»

Após a transcrição do documento, emitido em 14 de Agosto de 1908, onde se certifica o internamento entre 14 de Outubro de 1905 e 2 de Abril de 1906, segue-se a inevitá-

vel conclusão: «[...] Como os leitores veem os cargos acima referidos não podem estar mais bem entregues! E realmente o descontentamento geral, e a indignação em que todo este povo se encontra pelas represalias, arbitrariedades e perseguições que no desempenho destes cargos ele tem exercido, não tem razão de ser. É realmente um povo custoso de contentar, quando deviam dar graças ao diabo, por nos ter brindado com tão grande patriota, que tão bom nome dá á nossa terra [...]».

Para o correspondente do jornal leiriense, a conduta da autoridade caldense legítima a sublevação popular, que lança o caos na morna vila termal: «[...] não ha meio de lhe fazer compreender que se o povo se revolta e lhe vae apedrejar a casa, como já lhe fizeram por duas vezes, é porque ele, fora da lei, prende sem o mínimo motivo quem lhe apetece, sem que possa justificar a razão porque prende os cidadãos, e os entrega ao poder judicial, e faz processar dois republicanos [...]».

E o que fizeram os dois pacatos republicanos, onde, aparentemente, se inclui o cronista?

Para acalmar o povo amotinado, na ausência do administrador sugeriram aos polícias que restituíssem à liberdade três cidadãos presos: «[...] ao

presenciarem a justa indignação do povo desta vila, que em numero aproximado a 500 pessoas ia violentamente assaltar a esquadra da policia e destruir tudo o que encontrasse, pondo em liberdade 3 inofensivos cidadãos que arbitrariamente e violentamente tinham sido á sua ordem presos [...] o administrador causador de tudo isto, fugiu e não mais o vimos, razão porque o pedido que lhe fariamos o fizemos aos tres policias que se nos atenderam, e porque viram que não podiam resistir ás violências de 500 pessoas amotinadas [...] espontaneamente abriram a porta da esquadra, deixando sair os presos, único meio com que se conseguiu socegar o povo [...]».

S. P. Danton¹, em *A Questão Política nas Caldas da Rainha*, confirma os dois apedrejamentos da residência de João António Duarte, mas atribui-lhes outras causas: o político republicano preconizava uma sindicância às vereações anteriores a 5 de Outubro, tendo o director do Hospital, Augusto Cymbron, exibido aos descontentes «um documento selado onde se dizia que João António Duarte era um alienado, que a benevolência de Miguel Bombarda tinha condicionalmente soltado do seu manicómio».

O grande conflito político caldense vem a travar-se en-

tre o histórico centro republicano Almirante Reis e o recente e concorrente centro Miguel Bombarda, onde se agrupam republicanos dissidentes e antigos monárquicos aderentes ao regime, despietados designados por adesivos.

O autor da *Questão Política* lamenta que João António Duarte, um dos mais radicais republicanos da vila, histórico do centro Almirante Reis, se tenha aproximado do centro Miguel Bombarda, tornando-se, volvidos dois meses «o mais dilecto e amigo de Cymbron e de todos os outros que accusou publicamente».

Como causa da mudança, invoca um único argumento: «Razão havia para o alcunharem de doido, e realmente bem doido».

Emocionalmente instável, por vezes agressivo, o comportamento de João António Duarte tinha sido notícia anteriormente no *Leira Ilustrada*, que informava na edição de 7 de Janeiro de 1911: «[...] Que o presidente da câmara municipal agrediu violentamente, o presidente actual da junta de paroquia em sua própria casa [...] Que este cavaleiro é uma adesivo de ultima hora, pois que sempre esteve nas boas graças dos caciques monárquicos a quem auxiliou nas ultimas eleições [...]».

Proprietário abastado, dono da *Quinta da Loira* (vendida nos anos quarenta) e da *Quinta de S. João*, nos Casais da Ponte, passou os últimos anos da sua vida embrulhado num capote, sentado em frente do portão da Quinta de S. João (imagem que acompanha este texto), de acordo com a memória e o testemunho de dois vizinhos que ainda o conheceram, José Gomes dos Santos e António Casimiro do Coito.

Republicano histórico, fundador de dois jornais, vereador antes e depois da mudança de regime, líder eleito pelos seus pares, João António Duarte poderá ter sido um homem brilhante, mas os testemunhos que nos chegam, recortados dos jornais, vêm de um tempo conturbado por paixões e ódios políticos.

Talvez por isso não lhe façam justiça. Não há justiça sem serenidade.

(Footnotes)

¹ Pseudónimo de Sérgio Joaquim Príncipe, redactor principal nos primeiros números do semanário Caldense

O Defensor, na tese inquestionavelmente lógica de João B. Serra, in *Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911*, como já se referiu em crónica anterior.

Recortes da REPÚBLICA

Avelino António Soares Belo

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)



■ Fotografia de Avelino Belo

Em crónica publicada na *Gazeta das Caldas* de 14 de Outubro de 1928, Luiz Teixeira inclui Avelino Belo entre «[...] as figuras humildes, obscuras e modestas dos homens que lançaram no terreno aparentemente estéril das Caldas, a semente da ideia republicana [...]».

Nascido em Aveiro, vem para a Foz do Arelho com a idade de onze anos, e um talento que já se revelava no miúdo que aos treze iria trabalhar com o grande Rafael.

O semanário *O Progresso*, na edição de 15 de Maio de 1947 integra Avelino Belo «[...] entre os alunos que se revelaram artistas e se notabilizaram depois nos vários sectores da Arte [...]», formados na Escola de Desenho Industrial Rainha D. Leonor, que se tornaria Escola Industrial e Comercial Rafael Bordalo Pinheiro, em homenagem ao Mestre que, ainda no tempo da instalação «nos baixos dos Paços do Concelho», regia a aula de pintura vidreira.

A implantação da República vem encontrar Avelino Belo entre os tais militantes anónimos e es-

quecidos de que fala Luiz Teixeira, frequentadores de «comícios, reuniões clandestinas», algumas realizadas na barbearia de José de Abreu, movidos, na versão do cronista, por «idealismo sincero, entusiasmo e confiança absoluta no futuro».

Cerca de um mês após a revolução, nasce o semanário republicano *Direito do Povo*, publicado entre 20 de Novembro de 1910 e 22 de Janeiro de 1911, no qual assume o papel de director, sendo proprietário João António Duarte e administrador Custódio Maldonado Freitas.

Dez edições depois, Maldonado Freitas sai, invocando motivos particulares, e Avelino Belo acompanha-o, e na nota publicada na última edição do jornal, há ironia e desagrado: «[...] Do sr. Custódio Freitas recebeu a Comissão Executiva do Partido Republicano uma carta, em que declina o cargo de administrador d'este jornal, evocando motivos respeitáveis da sua vida particular. Não sabemos se pelos mesmos motivos particulares do sr. Freitas, o sr. Avelino Be-

lo, que figurava como director d'esta folha, acompanhou o administrador na sua resolução. A Comissão, aceitando a exoneração dos dois, espera que a futura Comissão Municipal delibere quanto ao destino d'este semanário [...]».

Enquanto director do *Direito do Povo*, Avelino Belo mantém no jornal uma crónica com o título «Li-mando», sob o pseudónimo Baal.

A identidade do ceramista revela-se na edição de 8 de Janeiro de 1911, num texto que assina com o referido pseudónimo, onde refere as circunstâncias em que alegadamente foi ferido à traição pelo correspondente de *O Mundo* de *O Século*: «[...] estava eu na fábrica sentado à meza do trabalho, muito distraído com a obra para que saísse perfeita [...]».

Na mesma crónica, o ceramista caldense restringe a sua ambição a «[...] viver no socego da officina com a arte [...] sem estar às ordens de ninguém nem ter que dar satisfação a qualquer figurão [...]».

No que respeita às funções que exerce no jornal e ao facto de o seu antagonista o acusar de inve-

ja, declara: «[...] não tenho pois, pretensões a jornalista para que lhe inveje a situação. A minha, neste pequeno semanário, foi a muitas instâncias de amigos partidários, porque nem mesmo aqui quero estar, quanto mais na d'ele: a minha vida é outra [...]».

No que concerne ao objectivo da sua luta e à motivação dos textos que escreve, afirma, para que não retem dúvidas: «[...] Mas o que lhe prometo é que, enquanto aqui estiver, embora como um soldado d'esses batalhões de populares armados de foices, forcados e caçadeiras; assim mesmo, sem instrução, combaterei contra os falsos partidários [...]».

Este ressentimento, comum aos militantes mais destacados do centro republicano caldense, Almirante Cândidos dos Reis, já Avelino Belo o tinha expressado na sua coluna de 27 de Novembro de 1911: «[...] tínhamos dificuldades em arranjar casa para o Centro, porque até n'isso eramos guerreiros. Perdíamos muito tempo, dinheiro e trabalho para mantermos as nossas comissões republicanas, e quem sabe ... talvez o nosso fim seja, segundo as contas que quadrilheiros fazem de tomar posse das comissões e de nos atirarem para o lixo [...]».

Não eram infundados os receios do ceramista caldense, republicano de sempre. Um novo agrupamento iria surgir na vila termal, e afirmar-se nas estruturas políticas da época, mercê dos nomes sonantes que congregava, superando a influência do velho centro Almirante Reis. Mas essa é matéria para outra crónica.

Por influência do seu amigo Sebastião de Lima, Francico d'Almeida Grandella abandona o centro republicano histórico fundado em 1906, para se juntar, com monárquicos convertidos e republicanos moderados, no centro Miguel Bombarda, inaugurado com pompa, circunstância e presença de figuras republicanas nacionais, como José de Castro, França Borges e Tomás da Fonseca, notícia a merecer honras de destaque na

primeira página de *O Mundo* de 13 de Março de 1911.

Adriano Teixeira Pinto, correspondente do *Leiria Ilustrada*, adere ao Partido Republicano depois da proclamação da República, de acordo com a lista publicada no *Direito do Povo* de 22 de Janeiro de 1911, torna-se associado do Centro Almirante Reis, e pede a sua demissão numa agitada reunião realizada em 27 de Fevereiro de 1911 e relatada na edição de 4 de Março do jornal leiriense.

Nas edições de 8 e 15 de Abril, visando particularmente Custódio Maldonado Freitas, o correspondente do *Leiria Ilustrada* desencadeia um violento ataque ao Centro Almirante Reis, com severas críticas aos seus líderes, a quem imputa a responsabilidade pelas divergências entre os republicanos da vila termal: «[...] desarmonia política que tem havido e continuará a haver n'esta vila, enquanto os verdadeiros causadores, bem conhecidos e desmascarados, não forem corridos à batatada, o que talvez se realize na próxima colheita, que deve ser lá para Junho ou Julho próximos [...]».

Na edição seguinte do semanário leiriense, de 29 de Abril, Avelino Belo sai-lhe a terreiro com uma crónica intitulada «Varrendo a testada», onde refere: «[...] é certo que me retirei da vida política por motivos que não interessa o leitor, mas como socio do Centro Almirante Cândido Reis, e por respeito à memória do grande patriota filho d'esta terra, não posso calar a minha repulsa, deante de tanta audácia e tamanha monstruosidade [...]».

Na sua crónica, o ceramista caldense faz acérrima defesa do centro republicano Almirante Cândido dos Reis, que integra «filhos naturais e adotivos d'esta terra, operários e comerciantes de conhecida reputação», vítimas de «perseguições, ódios e ameaças dos senhores caciques», num estranho meio político onde, de súbito, logo após a revolução «já não há um único monárquico, porque são todos históricos e bem históricos, animados das melhores intenções e dos mais ardentes desejos de bem servir a nossa Pátria».

O que o motivava, uma vez mais, era a sua permanente luta contra os «adesivos», monárquicos de outrora, convertidos à República, preparados para a disputa do po-

der político no novo regime.

Tal como anunciara na crónica publicada no *Leiria Ilustrada*, Avelino Belo afasta-se da política, e as suas próximas intervenções terão lugar no semanário *O Defensor*, nas edições de 10, 24 e 31 de Outubro, e de 7 de Novembro de 1915 (n.º 91, 93, 94 e 95), onde exaustivamente responde à questão: «Em prol das Caldas. Quais são as causas da decadência da cerâmica caldense? Quais as medidas indispensáveis ao seu desenvolvimento? Como conseguir a sua colocação nos mercados estrangeiros em concorrência com os similares?».

No dia 24 de Maio de 1927, põe termo à vida.

Na edição de 29 de Maio, a *Gazeta das Caldas* faz eco da consternação que percorre a vila: «[...] chegou-nos a desoladora notícia de que aquele nosso amigo pusera termo à existência. É com profunda mágoa que damos esta notícia, pois nutrimos por Avelino Belo grande amizade [...]».

Na mesma edição, sob o título «As últimas palavras dum artista», é publicado um texto de Avelino Belo, datado de 22 de Maio, onde comenta uma conferência dada por Luiz Teixeira sobre a cerâmica caldense.

Um ano depois, a *Gazeta das Caldas* volta a homenagear o ceramista, numa crónica publicada em 3 de Junho de 1928, que em tom dramático reza assim no seu início: «Faz hoje, 24 de Maio, um ano que se enforcou Avelino Belo...».

Para a história, mais do que a actividade política do republicano de sempre, ficou a obra do ceramista.

A arte prevaleceu sobre a política, e talvez Avelino Belo tenha desejado resumir a sua biografia nas palavras simples gravadas na esfera armilar que adoptou por emblema: «Avelino António Soares Bello, Olleiro, Modelador e Es-maltador».

(Footnotes)

¹ O *Direito do Povo* não voltará a ser publicado após a saída de Avelino Belo e Maldonado Freitas.

² É lapso manifesto. Carlos Cândido dos Reis nasceu em Lisboa, e apenas o seu pai, António Reis era caldense. A Comissão Administrativa na sessão extraordinária permanente de 7 a 10 de Outubro de 1910, refere-se ao almirante como um «grande homem filho adoptivo desta terra».



■ Marcas de artesanato utilizadas por Avelino Belo

Por falha técnica na edição da semana passada de «Os Recortes da República» ocorreu uma sobreposição de uma imagem em relação a parte do texto, o que o tornou ininteligível em certas passagens. Por esse facto, repetimos a sua publicação nesta edição e pedimos desculpa ao autor e aos leitores. Igualmente alguns leitores fizeram saber que gostariam também de poder ter acesso ao referido texto no nosso site na internet. Por essa razão, iremos colocar de imediato os mesmos textos nessa plataforma informativa.

Recortes da REPÚBLICA

Francisco Maria Sebastião de Lima

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Notário e escrivão, figura social e politicamente relevante na vila termal antes e depois da implantação da República, Sebastião de Lima foi a personalidade mais atacada na curta vida do semanário *Direito do Povo*, que na edição de 25 de Dezembro de 1910 recorda o seu passado monárquico, como destacada figura do partido de Hintze Ribeiro, chamando-lhe «antigo e pomposo chefe do partido regenerador», e reproduzindo um artigo de *O Século*, de 10 de Agosto do mesmo ano: «[...] Em casa do sr. Sebastião de Lima, chefe local da política regeneradora, houve hontem uma reunião de propaganda eleitoral, a que presidiu o sr. Alípio Camelo [...]. Falaram, alem do presidente [...] os srs. dr. Augusto Cymbron e Sebastião de Lima [...]».

Na edição de 18 de Dezembro de 1910, o *Direito do Povo* porta-voz do centro republicano caldense Almirante Cândido dos Reis¹ explica a razão da inimizade, atribuindo-lhe o estatuto de «adesivo» aderente ao centro concorrente: «[...] O sr. Sebastião de Lima, elevada personalidade de 1,75 m, pelo menos, foi proposto para sócio do centro (Miguel Bombarda) pelo sr. Gonçalves Neves, a quem fez declarações de desinteresse patriótico: nada aceitava do centro adheria de alma e coação á República [...]».

Na edição de 11 de Dezembro, o jornal republicano caldense faz uma análise crítica, relativamente suave, dos elementos que integravam a direcção do Centro Miguel Bombarda, nomeadamente do seu presidente Adelino Pereira Gomes, jovem advogado que montara banca na vila

no ano anterior², mas não poupa Sebastião de Lima, porque teme a sua influência, nomeadamente pelas relações que mantém com figuras de relevo nacional, como se conclui da acusação de S.P. Danton em *A Questão Política nas Caldas da Rainha*: «[...] Sebastião de Lima, servindo-se da sua influencia sobre Francisco Grandella, consegue que este commeta o erro de se despedir de sócio do Centro histórico, para se ir filiar no Centro gerado dos feitos mal contidos, cujos mentores eram monarchicos, o que nem assim envergonhou aquellos nossos pseudo-correligionarios, que resolveram formar um Centro com todos os adhesivos da ultima hora, baptizando-o com o nome do saudoso Miguel Bombarda, para melhor encobrir as ruins paixões que elle ia abrigar [...]».

Estava ao rubro, na vila termal, a guerra entre republicanos históricos e monárquicos aderentes ao novo regime, e é ao lado destes que o semanário leiriense *O Radical* toma posição em sucessivos editoriais, de que se destaca o de 20 de Junho de 1911: «[...] Do que dizem certas almas indignadas, parece deprender-se que dentro da República, depois de proclamada, não deviam admitir-se monárquicos. Quer dizer: em muitos concelhos do districto de Leiria havia apenas meia duzia de republicanos. Pois haviamos de ficar com essa meia duzia apenas... Os milhares de cidadãos que não tivessem o carimbo de historicos, deviam ser agredidos, escoraçados, empurrados aos encontrões para o primeiro partido monárquico que se formasse.

Por mais honrados, por mais honestos, por mais inteligentes e leaes que fossem estas cidadãos. Rua com elles! [...]».

Aliado incondicional do tabelião caldense, *O Radical* dedica-lhe várias crónicas nos anos de 1911 e 1912, que nos permitem reconstituir parte do seu percurso.

Na edição de 7 de Abril de 1912, sob o título «Pobres históricos», o semanário leiriense conta assim uma visita de Afonso Costa à vila termal: «[...] Os nossos históricos andam em maré de pouca sorte... Foi o senhor Affonso Costa ás Caldas da Rainha. Mas querem saber aonde se dirigiu? Á casa do sr. Sebastião Lima, antigo chefe do partido franquista. Foi alli que deu beija-mão. Os históricos que quiseram ir oscular a dextra gloriosa que alinhavou a Lei da Separação tiveram de passar por aquellas forças caudinas: ir a casa do homem que mais guerrearam, que mais combateram, a quem mais ferozmente alcinham de... cacique. O pobre Maldonado Freitas, chefe dos históricos, ia tendo uma congestão. Andou em volta da casa, amargurado, desalentado, perdido... mas não entrou. Outros, coitados, engulindo tudo quanto disseram, fizeram das tripas coração... e entraram. Renderam-se ao inimigo. Escorraçados, envergonhados, auctumbidos - mas lá foram! Que diabo... a vida são dois dias! [...]».

Na edição de 18 de Abril, ainda a propósito da visita de Afonso Costa à vila termal, *O Radical* volta à carga: «[...] Mostrou o sr. Lima, triunphantemente, que o Sr. Costa lhe ligava mais importancia a elle do

que aos históricos que nas Caldas o agrediam. Fez muito bem. Foi uma lição de mestre. Sinceramente felicitamos o sr. Sebastião Lima pelo seu triumpho [...]».

Particular amigo de Almeida Grandella, cultivando por intermédio do grande empresário republicano relações de amizade com Afonso Costa, Sebastião de Lima volta às páginas de *O Radical*, na edição de 25 de Abril, onde, a propósito de uma fotografia, se tece uma crítica mordaz a Maldonado Freitas e a Afonso Ferreira, deputado por Alcobaca, inimigos de Sebastião de Lima e indefectíveis apoiantes de Afonso Costa: «[...] O nosso deputado Affonso de Alcobaca retratou-se em grupo na Foz do Arelho com o nosso amigo sr. Sebastião de Lima. Envergonhado, retrahido, com a cara succumbida de quem rasga todas as suas tremendas catilinárias contra os caciques - mas, enfim, sempre se retratou. Puxam-lhe as orelhas, dão-lhe palmatoadas, obrigam-no a beijar a mão do homem a quem chamara franquista e cacique, e, ainda por cima, põem-no em frente de um aparelho fotográfico, endireitam-lhe o busto, concertam-lhe as mãos, unem-lhe um pouco as pernas, mandam-no estar quieto... e zást! Como quem diz: já cá cantas! Chegámos a ter dó do nosso Affonso. Há sacrificios que são demasiados para um homem só... O que diriam aqueles terríveis históricos com o nosso Maldonado Freitas á frente, ao verem aquella extranha fotografia? Amigo Lima. A vingança é agradável de saborear, por vezes. Mas esta já vai sendo uma crueldade exagerada. Tenha piedade dos homens...».

O que o colunista do semanário de Leiria aparentemente desconhecia, é que na foto, que acompanha esta crónica, tirada na Foz do Arelho em frente da casa de Grandella e publicada na *Ilustração Portuguesa* de 15 de Abril de 1912, figurava também Custódio Maldonado Freitas.

Afonso Costa era o rosto e a figura mais poderosa do novo regime e a sua amizade era disputada por todos os líderes republicanos regionais, porque o poder também se media pela proximidade do chefe. Sebastião de Lima era, seguramente, o político caldense mais próximo do líder republicano, devido à sua grande amizade com Francisco Grandella.

Adriano Pinto Teixeira, correspondente do *Leiria Ilustrada*, na edição de 8 de Abril de 1911 traça um generoso perfil do notário caldense: «saiu do desmoralizado regime monárquico sem a mínima mancha ao seu diamantino caracter de ci-

dadão essencialmente bom e honesto».

Na mesma crónica, o correspondente do semanário de Leiria associa o político das Caldas ao poderoso ministro da justiça republicano, garantindo que o mesmo declarou «deante dos mais considerados habitantes d'esta vila: Sebastião de Lima, tem uma grande alma de sincero patriota; pois que ha dois anos falando comigo, me disse, que contasse não só com a sua fortuna pessoal, mas também com a sua propria vida, para salvar esta Patria da completa ruina».

A amizade de Almeida Grandella e a proximidade de Afonso Costa projectam o notário caldense nas estruturas políticas distritais, e *O Radical*, na edição de 12 de Setembro de 1912, dá notícia da rejeição de um cargo: «Affirmam-nos que o sr. Sebastião de Lima, das Caldas da Rainha, homem de critério e de bom senso, já por duas vezes escreveu para Leiria, a fim de que lhe risquem o nome da comissão districtal democrática, eleita ha pouco. Ao que parece, não quer acamaradar com aquellos que ainda recentemente o insultavam e agrediam [...]». O sr. Sebastião de Lima, que é adhesivo, dispensa a honra que lhe conferiram. Não quer ir manchar com a sua adhesivagem, os pergaminhos de outros membros da comissão, que ainda ha pouco só queriam ter como companheiros autênticos históricos [...]».

Os republicanos históricos persistem na integração do notário caldense, na estrutura distrital do partido democrático de Afonso Costa, mas este mantém a recusa, segundo informa *O Radical*, na edição de 3 de Outubro: «Pois é verdade. Confirmaram-se as nossas informações. Foram os dirigentes affonsinos do districto, que até aqui só queriam históricos nas suas hostes, mendigar ao sr. Sebastião de Lima das Caldas da Rainha, a esmola de fazer parte da comissão politica districtal. Ora, querem os leitores saber o que fez esse antigo monarquico? Recusou-se a isso, não quiz acamaradar com os seus antigos detractores. A cara com que ficaram os nossos terríveis históricos, perante esta lição de coherencia, deve ser de se lhe tirar o chapéu [...]».

Retirado da actividade política, a última referência que nos chega do tabelião caldense, vem na edição de *O Radical* de 12 de Fevereiro de 1914, a propósito do funeral de Apolónia Salles Henriques de Souza, esposa de Ataliba Pereira de Souza e irmã de Eduardo, Henrique, Cipriano, Artur e Tomás Salles Henriques.

A urna segue para o cemitério



■ Destaque da fotografia de Sebastião de Lima, ao lado do seu amigo Francisco Grandella.

aos ombros de amigos da família organizados em cinco turnos, onde constam, entre muitos outros notáveis da vila, os nomes de dois homens rejeitados pelos radicais republicanos: um monárquico convertido e um republicano histórico, Sebastião de Lima e Joaquim Manuel Correia.

Francisco Maria Sebastião de Lima falece em 27 de Novembro de 1938, com 81 anos de idade.

No dia seguinte, o *Diário de Notícias* destaca a dimensão regional do político caldense: «Foi um dos chefes do partido regenerador e uma das figuras mais consideradas de todo o distrito de Leiria. Por várias vezes foi convidado para governador civil, cargo que nunca aceitou».

Por cá, a *Gazeta das Caldas*, na edição de 1 de Dezembro de 1938, fala do «trato afável e lucidíssima inteligência», e refere que o político caldense «exerceu por mais de 40 anos os cargos de Escrivão e Notário nesta cidade».

(Footnotes)

¹ Este texto é subscrito por Baal, pseudónimo de Avelino Belo, e aparece mais tarde reproduzido no *Leiria Ilustrada* de 17 de Junho de 1911, com a assinatura de «C.».

² Na mesma edição, o *Direito do Povo* informa que foi eleito presidente da direcção do centro Almirante Reis, Custódio Maldonado Freitas.

³ Acontecimento noticiado em *O Circulo das Caldas* de 20 de Novembro de 1909. Este advogado foi aclamado administrador substituto de Joaquim Alves Correia em 6 de Outubro de 1910, tendo sido no ano seguinte, administrador substituto de João Mendes de Vasconcelos - vide *Leiria Ilustrada* de 2 de Dezembro de 1911.



■ Fotografia feita em frente da casa de Grandella, na Foz do Arelho, publicada na *Ilustração Portuguesa*, n.º 321, de 15.04.1912, acessível no site «hemerotecadigital».

Recortes da REPÚBLICA

Centros rivais

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)



■ - Cândido dos Reis e Miguel Bombarda (Colecção António Pedro Vicente)

Reza a crónica de Adriano Teixeira Pinto, publicada na edição de 18 de Março de 1911 do *Leiria Ilustrada*, que o primeiro centro republicano da vila termal foi fundado no ano de 1891.

Na edição de 14 de Outubro de 1911 do *Gazeta das Caldas*, Luiz Teixeira refere a existência de 110 inscritos no único centro republicano existente em 5 de Outubro de 1910, situando no entanto a sua criação após o falecimento de uma poetiza influente no meio, Maria Clara Eller Caldas, «*ai por 905*», por iniciativa de um grupo de caldenses, onde se integrava Avelino Belo, depois de várias «*reuniões na barbearia do José de Abreu*».

Na edição de 22 de Janeiro de 1911 do *Direito do Povo*, é publicada uma lista com 157 nomes de cidadãos filiados no Partido Republicano na vila termal, antes de 5 de Outubro de 1910, com o seguinte anúncio: «*[...] A inscrição republicana*

continua aberta. Todo o cidadão que desejar inscrever-se no cadastro republicano pode fazê-lo no Centro Almirante Reis [...]».

No *Leiria Ilustrada* de 29 de Abril de 1911, Avelino Belo, declara que o único centro republicano da vila «*[...] é gloriosa data de 5 de Outubro, contava apenas 101 socios: Outros republicanos tinham-n'o sido em varios anos mas sem fé nem persistencia, porque, debandaram para os vários partidos monarchicos, abandonando as nossas fileiras [...]*».

O ceramista e histórico republicano caldense refere-se à fundação do novo centro republicano da vila, denominada Miguel Bombarda, mas rejeita a ideia de que esse facto constitua uma dissidência do velho centro, entretanto baptizado com o nome Almirante Cândido dos Reis.

Na óptica de Avelino Belo, foi escassa a adesão de verdadeiros republicanos ao novo

centro concorrente: «*[...] veio a Republica, e depois dessa data gloriosa, desses 101 historicos, 7 ou 8, salvo erro, saíram do centro Almirante Reis, para formarem um novo centro [...]*».

O centro republicano Miguel Bombarda é criado ainda em Novembro de 1910, e na sua edição do dia 19 desse mês, *O Círculo das Caldas* explica a sua fundação como consequência da cisão entre «*republicanos actualmente em evidência*» e «*antigos e leais republicanos*» que teriam sido «*excluídos da direcção dos negócios públicos [...]* vendo-se por isso obrigados a afastar-se de quem os repelia».

O jornal caldense, de tradição monárquica, recentemente convertido ao novo regime, enfatiza a divergência entre os velhos republicanos, como causa da criação do novo centro, omitindo o facto de nele se acolherem os monárquicos aderentes à república, designados na época por «*adesivos*».

Na edição de 18 de Dezembro

de 1910, um outro jornal caldense, o *Direito do Povo*, identificado com o centro Almirante Cândido dos Reis, revela uma perspectiva diferente, desferindo um feroz ataque contra o novo centro e duas velhas figuras relevantes da vila, que considera estarem envolvidas na sua génese: o director do Hospital, Augusto Cymbron e o escrivão-notário da vila, Francisco Maria Sebastião de Lima.

O jornal republicano, dirigido por Avelino Belo, começa por explicar de forma jocosa, a «*concepção*» e o «*parto*» da nova entidade política: «*[...] nascido do coito obscuro monarchico-republicano, partejado a forceps por um experimentadissimo clinico [...]* consegue ir até á pia baptismal, apadrinhado pela sobre-casaca elegante do sr. Sebastião de Lima [...]».

Segue-se a surpresa pela sobrevivência política da nova entidade: «*[...] Suppunha-se que por ter nascido de paes incognitos o recém nascido ficava*

moiro; e, devendo morrer cedo por falta de robustez, o recém rachitico desceria á cova, sem que constasse a sua passagem na terra [...]. Mas toda a gente se enganou [...] os nossos cumprimentos desentastados pelo milagre obtido [...]».

O cronista do *Direito do Povo* insurge-se contra o facto de a criação do novo centro ser vista na imprensa nacional como uma dissidência republicana na vila termal: «*[...] em logar d'uma dissidencia temos mas é o abandono do Partido por banda d'aquelles que já eram republicanos, e uma exploração vergonhosa pelos monarchicos-republicanos, que aguardam de certo novas organizações politicas das quais esperam a entrega aos seus dentes raivosos do ultimo osso do esqueleto a que a monarchia reduziu o organismo nacional [...]*».

Na parte final, uma referência a um aderente ilustre, antigo chefe regenerador local: «*[...] o sr. Sebastião de Lima,*

elevada personalidade de 1,75 m de altura pelo menos, foi proposto para sócio do centro pelo sr. Gonçalves Neves, a quem fez declarações de desinteresse patriótico [...]».

Na mesma edição, o *Direito do Povo* informa que Custódio Maldonado Freitas foi eleito presidente da direcção do Centro Almirante Cândido dos Reis.

As guerras políticas entre os dois centros republicanos vão agitar a vila termal, e em trincheiras opostas encontramos três jornais caldenses: *O Direito do Povo*, publicado entre 20 de Novembro de 1910 e 22 de Janeiro de 1911, administrado por Maldonado Freitas, portavoz inicial do centro Almirante Reis, posteriormente substituído nessas funções por *O Defensor*; e *O Círculo das Caldas*, que apoia e veicula as posições do Centro Miguel Bombarda.

Por influência de Francisco Grandela o centro Miguel Bombarda brilha mais na imprensa nacional, e a sua inauguração,

com pompa, circunstância e presença de figuras republicanas nacionais, como José de Castro, França Borges e Tomás da Fonseca, é notícia a merecer honras de primeira página em *O Mundo* de 13 de Março de 1911, onde se refere que «o novo centro tem já 200 sócios e promete ser, pelos bons elementos que o constituem, mais um valioso baluarte da república».

Na capital do distrito, cada um dos grupos conta com um periódico aliado.

O *Leiria Ilustrada* acolhe as posições do Centro Almirante Reis, apesar de algum esforço de neutralidade e de distanciamento, patente nas edições de 29 de Abril e de 8 de Julho de 1911, onde declara lamentar «[...] muito sinceramente que não terminem de vez as desavenças existentes entre os dois centros, para tranquilidade dos caldenses e para bem do nosso regime [...]».

O *Radical* permanece ao lado do Centro Miguel Bombarda, enaltecendo com frequência a figura de Sebastião de Lima⁴, associado ilustre que convence Grandela a filiar-se depois de abandonar o centro concorrente.

Adriano Teixeira Pinto, na edição de 15 de Abril de 1911 do *Leiria Ilustrada*, desfere um violento ataque contra os responsáveis pelo Centro Almirante Cândido dos Reis, fala de «leaes republicanos [...] ofendidos, desconsiderados e postos de parte, a ponto tal que nem para as reuniões partidárias eram convidados [...]», afirma que esses «criteriosos republicanos antigos [...] a pouco e pouco foram debandando, e os lugares que de direito lhes pertenciam e que eles com honra e dignidade desempenhariam, foram entregues pelos desvaireados, aos pantomineiros ambiciosos [...]», e conclui que «a desarmonia política que tem havido e continuará a haver nesta vila, enquanto os verdadeiros causadores, bem conhecidos e desmascarados, não forem corridos à batatada [...]».

Avelino Belo responde em carta publicada no semanário leiriense de 29 de Abril de 1911, onde refuta as acusações e refere que o Centro Almirante Cândido dos Reis tem mais de 300 associados.

Na guerra entre os dois grupos, travam-se várias batalhas, com destaque para a que se desenvolve no processo eleitoral do círculo n.º 30, que engloba o concelho de Caldas da Rainha, onde o Centro Miguel Bombarda apresenta uma lista alternativa, mas esse é tema de uma próxima crónica.

Pressionadas pelo Directório do Partido Republicano, as direcções dos dois centros caldenses rivais tentam aproxima-

ções que se revelam infrutíferas perante velhos ódios e injúrias recíprocas nos jornais afectos a cada uma das agremiações.

Em *A questão Política nas Caldas da Rainha*, S. P. Danton refere uma proposta de Maldonado Freitas, apresentada ao Centro Miguel Bombarda, em nome do Centro Almirante Reis: «[...] Fusão dos Centros Almirante Reis e Miguel Bombarda num único, denominado 5 de Outubro, cuja direcção seria composta de seis membros, três de cada uma das direcções, liquidando-se assim esta atmosfera de odios e vinganças [...]».

Não é alcançado acordo, e ninguém se entende com a contra-informação que envolve o processo de paz meramente aparente que se segue.

Afirma eufórico, *O Círculo das Caldas*, na edição de 24 de Junho de 1911, a propósito das celebrações na vila termal, no dia da proclamação da República, em 19 de Junho: «[...] No centro republicano Miguel Bombarda entrou a direcção do centro republicano Candido dos Reis, acompanhada por muitos socios da mesma agremiação política, trocando-se entre os dois centros affectuosos cum-

primentos, aproveitando aquela dia solemne, para confraternisarem todos [...]».

Na versão relatada pelo *Leiria Ilustrada*, de 24 de Junho de 1911, invertem-se os papéis: «[...] O dia da abertura das Constituintes foi aqui um dia de festa memorável [...]». Depois das diversas rixas políticas, desde os tempos odiosos da nefasta monarquia que estava pondo em foco esta terra, o seu maior descredito, o facho de luz da razão veio pôr termo ao erro, guiando todos pelo caminho da união e fraternidade [...]. Do Centro Miguel Bombarda saiu uma marcha á flambeaux, abrihantada pela filarmónica Caldense, percorrendo as ruas da vila e tocando em frente do edifício da Câmara Municipal. Os sócios do referido Centro tiveram a feliz lembrança de irem ao Centro Almirante Cândido dos Reis, cumprimentar os sócios d'este centro, e estes cheos de alegria com tão agradável surpresa foram por sua vés, acompanhados da filarmónica d'Óbidos, pagar-lhes tão amável visita, ficando assim solenizada a paz entre os dois centros [...]».

No mesmo jornal leiriense, na edição de 8 de Julho de 1911, surge um desmentido do Cen-

tro Miguel Bombarda: «[...] não foi o centro Miguel Bombarda que cumprimentou o centro Candido dos Reis, e isto porque não saiu a cumprimentar ninguém, - mas sim a Nova Filarmónica Caldense levando no seu cortejo os seus novos directores, que embora sejam sócios do centro dr. Miguel Bombarda, em cousa alguma o representavam n'esta simpática iniciativa, o que ao mesmo centro era estranha [...]».

Ainda no *Leiria Ilustrada*, edição de 22 de Julho de 1911, um representante do Centro Almirante Cândido dos Reis reitera a afirmação sobre a visita do Centro Miguel Bombarda, invocando o testemunho do vereador Manuel Francisco Pereira, que qualifica como «um cidadão muito considerado nesta vila pela sua bondade, belo carácter e como republicano».

O cronista, que assina com a letra "C", presta depoimento directo dos factos: «Nunca acreditámos em tal visita se não quando vimos o cortejo em frente do Centro Candido dos Reis, ouvindo-se então vivas a este, ao povo das Caldas, á união operaria, etc., n'um entusiasmo doido a que todos correspondiam. Vimos alguns membros da comissão do Centro

Bombarda (entre eles o seu tesoureiro), falar tão comovidamente ao presidente do Centro Candido dos Reis, que acreditamos no restabelecimento de antigas relações entre correligionários. Enganamo-nos. Paciência [...]».

Prova da que está a ocorrência da polémica visita, pelos ecos que teve na imprensa regional da época, para a posteridade ficou a insanável dúvida sobre quem visitou e quem foi visitado.

O desentendimento sobre uma questão tão elementar, revela a imensa dificuldade de conciliação dos líderes republicanos caldenses, fundada muitas vezes em ódios e ambições pessoais, fonte de permanente conflito que nem a intervenção dos dirigentes nacionais do partido logrou superar.

Esta imagem de intriga e desunião justifica o apelo expresso na nota de redacção do *Leiria Ilustrada*, de 29 de Abril de 1911: «[...] Do coração lamentamos as questões entre os correligionários das Caldas e muito desejaremos que se chegue a um acordo honroso para os grupos litigantes. Se uma modesta mas sincera opinião pudesse fazer o milagre de se congratarmos [...] iria até aos últi-

mos sacrificios quem já conta com alguns pela paz e pela união dos republicanos do distrito.».

As divergências alimentadas pela sede do poder não nos podem fazer esquecer os cidadãos anónimos de que fala Luiz Teixeira na *Gazeta das Caldas* de 14 de Outubro de 1928, que num «alvorço de esperança [...] desinteresse e sacrificio» foram a verdadeira «consciência republicana do povo caldense [...]».

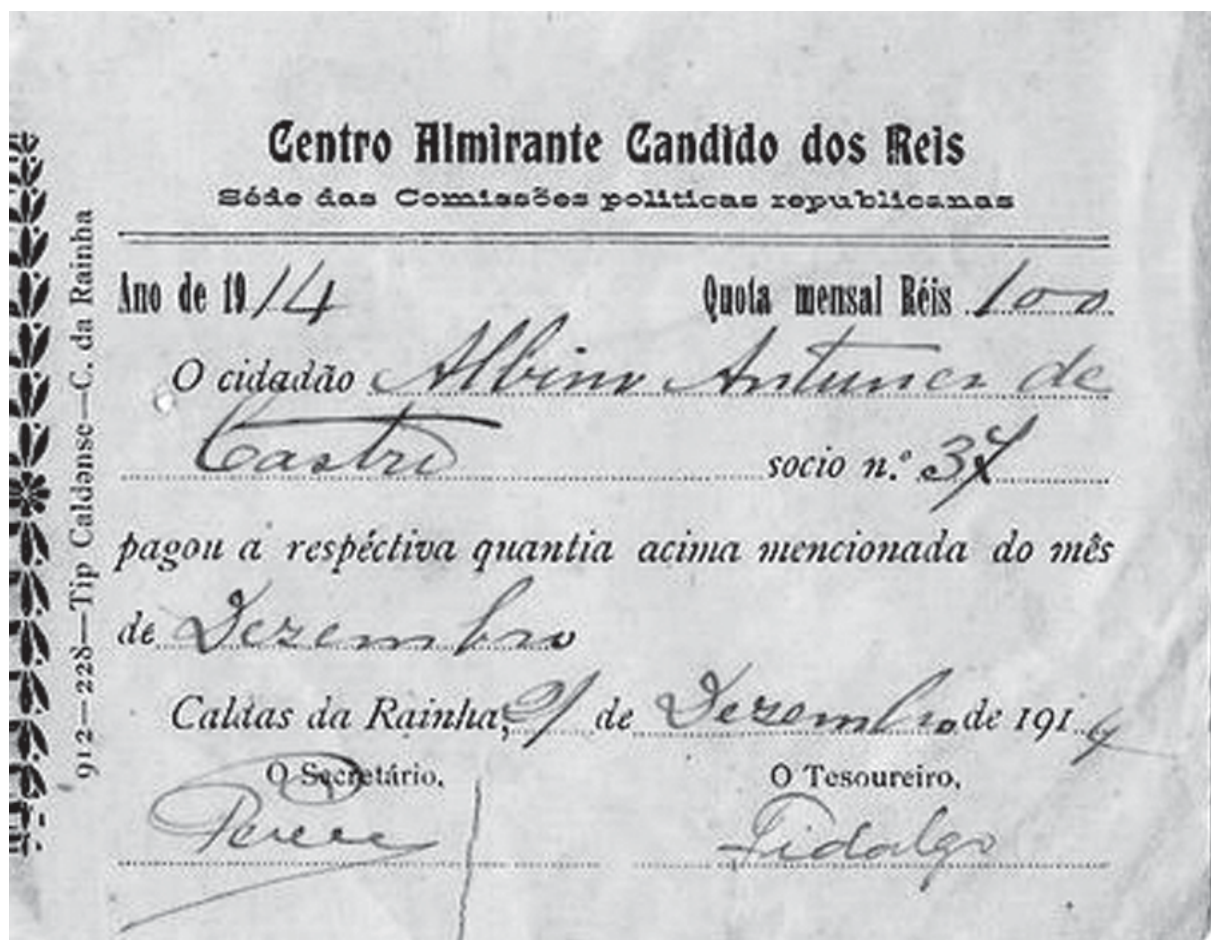
(Footnotes)

¹ O centro republicano caldense, mais tarde denominado "Centro Almirante Cândido dos Reis", terá sido fundado nos finais de 1906 - João B. Serra (*in* Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911).

² Também na edição de 17 de Junho de 1911 do *Leiria Ilustrada*, se afirma que na vila termal «á data da proclamação da Republica estavam filiados no partido 101 republicanos».

³ O Círculo das Caldas declarase republicano na edição de 21 de Outubro de 1910.

⁴ Vide edições de 7, 18 e 25 de Abril de 1912.



■ - Recibo da quota de 100 réis, do Centro Almirante Cândido dos Reis, paga por Albino Antunes de Castro, aderente ao Partido Republicano antes de 5 de Outubro de 1910, de acordo com a lista publicada no *Direito do Povo* de 22 de Janeiro de 1911. (Imagem acessível no blogue "cavacosdascaldas" da Livraria 107)

Recortes da República

Nomeações polémicas

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Volvidos quatro meses sobre a revolução, a vila thermal está ao rubro, dividida em dois centros republicanos que se digladiam pelo poder: o centro Almirante Reis e o centro Miguel Bombarda.

Encontra-se vago o cargo de administrador do concelho, e o nome de Custódio Maldonado Freitas, eleito presidente da direcção do centro Almirante Reis em Dezembro de 1910, é indicado pelas comissões municipal e paroquial, por maioria e sem consenso.

Adriano Teixeira Pinto, correspondente do *Leiria Ilustrada* e associado do centro republicano caldense Almirante Reis, relata na edição de 4 de Março do semanário leiriense, a agitada reunião de 24 de Fevereiro, onde se deliberou manter a proposta de nomeação do líder daquela agremiação: «Na noite do dia 24 do corrente, realizou-se uma assembleia geral de socios d'este Centro, para se assentar na attitude que as comissões deviam tomar em vista dos assuntos tratados e apresentados por suas ex.ãs os representantes do Diretorio Republicano e do cidadão Governador Civil do distrito.

Eis as resoluções aprovadas pela assembleia, que se compunha aproximadamente por umas 50 pessoas, sendo artistas na sua maioria.

As comissões existentes deviam manter-se no seu posto, pois que lhe davam um voto de confiança. Que não deviam transgredir na sua resolução de ser nomeado administrador do concelho, o cidadão por elas proposto. [...]

Na mesma assembleia, foi também deliberado que só os cidadãos filiados naquele centro histórico deveriam ocupar os lugares de chefia da administração, formulando-se em conformidade as seguintes recomendações: «[...] Que todas as comissões que se venham a formar ou membros para preencher as vagas que se derem nas mesmas comissões, sejam todos compostos por cidadãos que se encontrem filiados no mesmo Centro e tenham satisfeito as suas respectivas quotas. Que para essas referidas nomeações ninguém se reconheça o direito de o fazer, se não a eles republicanos locais históricos [...]

Teixeira Pinto regista no seu relato, a curiosa argumentação de um membro histórico do Centro, em defesa da nomeação do presidente da direcção para o cargo de administrador do concelho: «[...] Pedindo a palavra um dos taes republicanos historicos diz que concorda n'estas resoluções, acrescentando o seguinte – textualmente: Que seja o cidadão indicado o administrador, porque o conhecem; e que sendo por extranhos á vila nomeado outro, pôde ser um pantomineiro,

um maroto ou algum intrujão!! [...]»

Seguem-se entusiásticos aplausos, que o correspondente descreve, mas se recusa a partilhar: «[...] Foram todas as deliberações muito applaudidas sendo eu o unico que contra tudo isto protestou, reprovando-as, pois que nunca poderia aprovar que se não acatem as resoluções superiormente tomadas em harmonia com o interesse geral e local [...]»

Por discordar da deliberação que ratifica e reitera a indicação do nome de Maldonado Freitas, Adriano Teixeira Pinto demite-se de associado do centro Almirante Reis.

Ainda na edição de 4 de Março, o correspondente do *Leiria Ilustrada* ataca os invocados privilégios de nomeação dos históricos republicanos, que acusa de serem «[...] discólos interesses maus e vaidosos que julgam que se fez a Republica só para eles e mais ninguém, aonde possam satisfazer desmedidas vaidades e insofridas ambições de mando, para que não tenham autoridade e reconhecida a competência [...]», e preconiza a nomeação de uma personalidade exterior: «[...] Venha para as Caldas como administrador do concelho o cidadão que s.ex.ãs o Ministro do Interior e Governador Civil julgam conveniente colocar nesta vila, nesta ocasião, porque esse cidadão, seja quem for [...] todos os leaes e sinceros republicanos, antigos ou modernos, o recebem de braços abertos e se collocarão a seu lado [...]».

O jornal *O Mundo*, na edição de 23 de Fevereiro de 1911, faz eco da agitação política da vila thermal, da falta de consenso e dos protestos contra o nome indicado para a administração do concelho: «[...] Continua vago o cargo de administrador deste concelho para o qual as comissões municipal e paroquial por maioria de votos, indicaram um cidadão que não era do agrado de alguns membros daquellas comissões nem tão pouco de uma grande parte dos republicanos daqui [...]».

Lê-se no mesmo jornal, que foram infrutíferas as tentativas do directório do Partido Republicano e do governador civil, no sentido de pacificar as hostes caldenses: «[...] O facto da quella indicação não ter sido unanime e os protestos enviados ao sr. governador civil e directorio para não ser nomeada a pessoa que as comissões indigitaram, determinaram o chefe do distrito a nada resolver sobre o caso, procurando, ao que parece, conciliar os vários elementos do partido, não só quanto á nomeação da autoridade administrativa mas também sobre a politica geral d'este concelho. No intuito pacificador estiveram aqui os rs. Cupertino Ribeiro do directorio e Silva Barreto, Governador Civil substituto, realizando vari-

as conferencias com os diversos representantes do partido [...]».

Na mesma edição, *O Mundo* avançava a previsão de que seria nomeada para administrador do concelho «uma pessoa estranha a esta vila».

A proposta de nomeação de Maldonado Freitas enfrenta críticas implacáveis na no semanário *O Circulo das Caldas*, nas edições de 20 de Fevereiro e de 2 de Abril de 1911.

O correspondente do *Leiria Ilustrada*, na edição de 25 de Fevereiro, saudando a chegada á vila thermal, de Cupertino Ribeiro e de António da Silva Barreto, e exulta com «[...] A grata noticia de que sua ex.ã o Ministro do Interior satisfaria o desejo do povo, nomeando pessoa estranha a esta vila, em quem reconhecesse competência e autoridade moral para desempenhar o cargo de administrador d'este concelho. Podemos garantir que todo o povo recebeu esta noticia com satisfação, unica solução que julga n'este momento aceitavel [...]».

Perante a eminência da nomeação, o correspondente do *Leiria Ilustrada* traça um cenário de grande perturbação social na edição de 25 de Fevereiro: «[...] comércio fechado, grande exaltação no povo, e em perspectiva tumultos de que podem resultar graves consequências caso o administrador do concelho não seja prontamente substituido por cidadão estranho a esta vila e que reuna os indispensaveis requisitos [...]».

Apesar da polémica, Custódio Maldonado Freitas assume as funções de administrador do concelho, em 21 de Março de 1911, como nos dá conta o semanário leiriense *O Radical*, que defende o novo administrador na edição de 23 de Março: «[...] Perante o cidadão Governador Civil do Distrito, tomou antehontem posse do lugar de administrador do concelho das Caldas da Rainha, este nosso amigo e bom republicano, a quem felicitamos, apeteçendo-lhe que consiga harmonisar as divergencias ali existentes, para o que não lhe falta competência».

A polémica prossegue nas páginas do *Leiria Ilustrada*, na edição de 1 de Abril, com uma declaração dos comerciantes e industriais caldenses que aderiram ao protesto e encerraram os estabelecimentos, e de 8 de Abril, com uma resposta á carta do governador civil do distrito publicada no jornal *O Mundo*, em que se contesta a decisão, justificada pelo desconhecimento daquela autoridade relativamente ao ambiente político da vila thermal: «[...] Sua Ex.ã desconhece o verdadeiro estado da politica d'esta vila, pois que uns e outros certamente, interessados mutuamente, se guerream e se atribuem uns aos outros as responsabilidades do que vae succedendo [...] É preciso que a ver-



■ Paços do Concelho (coleção Chaby) Na versão de Avelino Belo, os opositores de Maldonado Freitas pretendiam atirar-lo para a rua, no acto de posse do lugar de administrador do concelho, pelas janelas do edifício

dade se esclareça, e julgo que ficaria completamente esclarecida se sua ex.ã visitasse esta vila, visitasse os dois centros politicos locais, visse a quantidade e qualidade, tanto moral como intelectual dos inscritos nos cadastros dos mesmos centros e se informasse bem do que tem sido e continuam sendo os dirigentes dos mesmos centros [...]».

Indefectível apoiante de Maldonado Freitas, Avelino Soares Belo sai a terreiro em defesa do administrador nomeado, em artigo publicado na edição de 20 de Maio, do *Leiria Ilustrada*.

Eis a versão que apresenta dos factos, com acusação de tentativa de defenestração do farmacêutico:

«[...] O povo não protestou; o povo, levado pelos boatos, foi um simples espetador, mas um espetador que condenou o que viu. Um grupo de 4 ou 6 homens que, por espírito de seita, foi protestar á Associação Commercial contra a posse do administrador, depois ao salão da Convalescença, e, por ultimo, de porta em porta, a pedir aos comerciantes para fecharem. Mas a farsa não ficou por aqui. Deram um assalto ao ato da posse do novo administrador para o pôr pela janela fora, mas os que taes intenções levavam, vendo a attitude do povo, viram-se obrigados a descer pelas janelas. A noite houve desafio. Um rancho de 20 ou 30 arruaceiros, armados de paus, dos casaes a duas leguas d'esta vila, entraram n'esta pacata e ordeira povoação, ensarilhando os seus cacetes na praça, insultando o povo da vila e dando mortras a Freitas em frente da sua porta [...]».

Em Julho, Custódio Freitas abandonou a administração do concelho, sucedendo-lhe no cargo João Mendes de Vasconcelos¹, que terá como substituto Adelino Pereira Gomes (*Leiria Ilustrada*, 2 de Dezembro de 1911)².

Dois anos depois, o farmacêutico regressa ao cargo, e com ele a polémica.

Em reacção á noticia da sua toma-

da de posse, publicada no jornal *O Mundo*, o *Circulo das Caldas* de 3 de Março de 1913, para além de manifestar surpresa, reconduz o conflito á velha luta entre os dois centros politicos da vila «[...] A maioria dos habitantes deste concelho foi na semana ultima surpreendida com a noticia de que, por alvará do sr. governador civil, fora nomeado administrador das Caldas da Rainha um individuo que, tendo a antipatia quasi geral desta povoação, é, ao mesmo tempo, incompativel com os vultos mais prestigiosos do partido democratico, entre os quais se encontram os socios do Centro Republicano Miguel Bombarda [...]».

Segue-se o ataque pessoal, habitual nas lutas politicas da época: «[...] O sr. Freitas não se recomenda por nenhuma das condições naturalmente indicadas para tal lugar: não tem categoria nem idoneidade para o exercer, nem está sequer filiado no partido governamental. Antigo francista foi um dia nomeado administrador do concelho das Caldas, mas a sua nomeação levantou gerais protestos e não conquistou depois o necessario prestigio para se manter no lugar [...]».

A actividade do administrador é alvo dos habituais protestos por parte dos seus inimigos pessoais e politicos, e o *Leiria Ilustrada* vem em sua defesa, na edição de 30 de Agosto de 1913: «[...] Alguém chamou a nossa attenção para uma pequena e miserável campanha urdida em volta de Maldonado Freitas, actual administrador do concelho de Caldas da Rainha, a proposito das suas medidas tomadas no sentido de fazer respeitar a bandeira e hino nacionais. Não ha nada mais injusto que semelhante campanha, pois aquela autoridade se tem limitado a fazer cumprir o que está preceituado sobre tal assunto. De resto, a origem dessa má vontade deve filiar-se no facto de Maldonado de Freitas, com sacrificios de toda a ordem, ter sido um funcionário cumpri-

dor dos seus deveres, desenvolvendo uma actividade e uma energia que muito o honram [...]».

Na edição de 22 de Fevereiro de 1914, o semanário caldense *O Defensor* lamenta o anunciado pedido de exoneração do administrador: «[...] Segundo informações que temos, o cidadão Maldonado Freitas vai pedir a sua exoneração d'este cargo que tão proficiente e imparcialmente tem exercido com satisfação para os correligionarios e admiração para os adversarios politicos [...]».

Custódio Maldonado Freitas. Não há nome mais polémico na imprensa regional da época, invariavelmente dividida entre a acusação e o enaltecimento.

Intrigado, o cronista procurou no testemunha contemporâneo as razões que tornaram impossível a neutralidade da imprensa no passado, e ouviu de viva voz a explicação de um antigo colaborador do farmacêutico: «Quem não gostava dele eram os poderosos, porque a gente humilde do povo gostava, e muito. Olhe que daquela casa nunca saiu ninguém sem medicamentos por não ter dinheiro».

Me que respeita aos acontecimentos de Abril de 1915, é esta a memória que herdou: «Ele escondeu-se numa chaminé, e foi salvo pelo guarda n.º 50, que o descobriu mas fingiu não o ver».

Esta versão não consta dos jornais do passado. Por isso se consigna. Para que passe a constar para o futuro.

(Footnotes)

¹ João Mendes de Vasconcelos será nomeado ainda nesse ano governador civil de Coimbra (Arquivo da Universidade de Coimbra, Inventário do Arquivo do Governo Civil de Coimbra, 1996).

² Adelino Pereira Gomes, presidente do centro republicano caldense Miguel Bombarda (Direito do Povo de 11 de Dezembro de 1910), fora anteriormente substituto do administrador Joaquim Manuel Correia (Direito do Povo, 8 de Janeiro de 1911)

Recortes da REPÚBLICA

Os vigilantes caldenses

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Os ventos de mudança que as revoluções arrastam consigo, tornam-se tempestade, turbulência social e política, réplicas de um terramoto que perdura para além do dia em que ocorreu.

Foi sempre assim em todas as revoluções. Não poderia ser diferente com a de 5 de Outubro de 1910.

Na agitação que se segue, há quem identifique o caos com a República, e na edição de 6 de Abril de 1911, o semanário *O Radical* questiona-se: «Será correcto que certa professora [...] quando os alunos não estão socegados, lhes pergunte se a aula é alguma república? Não será isto uma notória rebeldia da alludida professora para com as novas instituições e a prova segura de ser uma má educadora?»

Na edição de 22 de Janeiro de 1911 do *Direito do Povo*, há uma crónica subscrita por Galeno¹, verdadeiro grito de guerra, onde se sugere: «[...] organização de defesa à mão armada, da nova ordem social, com chefes nomeados provisoriamente pela própria população armada. Prisão imediata, em todo e qualquer lugar em que se encontrem os membros criminosos do extinto regimen: ministros, generais, chefes da policia, assim como os caciques que ajudaram a levar este pobre paiz á ruína. A prisão d'estes personagens seria mantida até depois das constituintes, para não terem ocasião de perturbarem a marcha da Republica [...]».

Do fervor revolucionário de alguns republicanos da vila termal chegam ecos às páginas do *Leiria Ilustrada*, na edição de 18 de Novembro de 1911, através de uma carta subscrita por José Manuel da Costa Barreiros, Manuel Teles e João Duarte Angélico, que rezava assim:

«O "Grupo Carbonario Vigilante Caldense", reorganizado em 9 de Setembro ultimo para a defesa da Republica, e da sua constituição, pelos motivos constantes da carta junta (de que pede a publicação também) que adoptou por lema "seguir sempre a politica mais democratica e radical dentro do ideal e do programa do partido republicano historico defendidos e proclamados pelos

revolucionários na propaganda de principios e na revolução de 5 de Outubro de 1910", vem rogar vos digneis levantar no *Leiria Ilustrada* o brado de revolta contra o procedimento das autoridades de Obidos e Caldas, filhas da politica de atração, a que chamaremos mais acertadamente politica de traição, pelos seguintes factos: [...]».

Segue-se a descrição de uma ocorrência, de onde se conclui que o grupo de vigilantes caldenses se sentia legitimado a actuar, procedendo a detenções, sem que a autoridade administrativa desse o adequado prosseguimento: «Em 29 de Outubro foi preso em Óbidos por um membro d'este grupo, um individuo por difamação contra a Republica, e foi solto no dia seguinte sem que fossem ouvidas as testemunhas apontadas».

Para evitar o futuro e previsível arquivamento pela autoridade administrativa, o grupo de vigilantes torna publica uma participação sobre factos que considera de extrema gravidade: «[...] O "Grupo Carbonario Vigilante Caldense" tendo conhecimento de que os cidadãos Joaquim Isidoro del Rio e Luiz d'Almeida, d'esta vila, em 19 do corrente, na Foz do Arelho, em frente da casa comercial de Manuel F. Pereira, d'esta vila, deram vivas á monarquia e a D. Manuel e morras á Republica, que pagaram vinho e aguardente a varias pessoas e até a algumas creanças, instigando-as a darem vivas á monarquia, mandou dois dos seus membros áquella localidade averiguar d'estes factos e apuraram que eram verdadeiros. [...]».

Na participação há a indicação do rol de testemunhas, a fim de facilitar a realização da investigação da autoridade administrativa, e a sugestão de que sejam inquiridos «os membros d'este grupo encarregados d'esta diligência João M. Pacheco e António F. Isidoro».

Segue-se a averiguação sobre as diligências da autoridade, com a suspeita do intolável arquivamento: «[...] Passados seis dias perguntamos ao digno administrador pelo andamento da queixa e este respondeu que já tinha cha-



■ Barricadas da Rotunda - Marcha com a Bandeira da Carbonária Portuguesa.

mado os acusados e que eles lhe mereciam toda a confiança, que decerto tinham bebido demais, etc... mas que no dia seguinte mandava chamar as testemunhas. Consta-nos que chamou só alguns e, além do interrogatorio ser feito com muita prudencia para evitar a prova, ainda algumas testemunhas que tiveram a hombridade de dizer o que ouviram, foram tratadas com menos consideração [...]».

Na mesma carta, os signatários queixam-se amargamente do facto de o jornal *O Mundo* ter recusado a publicação de um telegrama em que pediam providências ao ministro do interior, com o seguinte teor: «Os carbonarios caldenses protestam contra o procedimento das autoridades de Obidos e Caldas, soltando e poupando os difamadores da Republica, pedem providências ao Ministro do Interior».

O semanário leiriense publica na mesma edição a carta assinada por «um grupo de patriotas», distribuída na vila termal na manhã de 8 de Setembro, que alegadamente motivou a «reorganização» do grupo carbonário caldense: «[...] Fieis e decididos a levantar ao fim o patriótico, moralizador e religioso intuito a que nos impusemos para sal-

var a Patria Portuguesa das garras do jacobinismo, sem Rei e sem Deus, que pôs o paiz a saque na desordem infrene, no maior cahos e na maior das vergonhas perante o mundo civilizado, vimos rogar a V.Exã o seu apoio moral e material na próxima decisão da luta mais legitima e santa do povo português - pelo regimen monarchico com a igreja livre [...]».

Na edição de 2 de Dezembro de 1911 do *Leiria Ilustrada*, Adelino Pereira Gomes² responde às acusações do «Grupo Carbonario Vigilante Caldense».

Começa por se identificar como «modesto advogado n'esta comarca», explicando o exercício provisório das suas funções: «[...] Se atualmente me encontro á frente da administração d'este concelho, como administrador substituto em exercicio, devo-o á consideração obsequiosa do meu colega dr. João Mendes de Vasconcelos, administrador efectivo, que precisando ausentar-se temporariamente, me honrou com o insistente pedido de o ficar substituindo [...]».

Em sua defesa alega que agiu com a máxima isenção, ouvindo as testemunhas e remetendo os autos ao Delegado do Procurador da República na comarca, conclui que os participantes «usam da pena,

não como instrumento da verdade ou arma da justiça, mas única e simplesmente para difamar e pôr em dúvida a honra alheia», e termina com uma declaração solene: «[...] não mais volto ao assunto, tão cónscio eu estou de que honradamente cumpri o meu dever, respeitando a Lei, a Justiça e a Moralidade».

S.P. Danton em «A Questão Política nas Caldas da Rainha» refere a existência de um grupo de 60 carbonários na vila termal «todos republicanos ... dispostos a dar a vida e o seu bem estar e de suas famílias, para resgatar a Pátria ...».

O semanário leiriense *O Radical*, na edição de 22 de Janeiro de 1914, numa crónica sobre a actuação de Maldonado Freitas durante a greve dos ferroviários, sarcasticamente denominado por «alcaide das Caldas da Rainha», acusa o político caldense de ter ao seu serviço a «formiga branca», uma milícia semi-clandestina, alegadamente criado por Afonso Costa, composta na sua maioria por carbonários.

Em Outubro de 1911, um mês após a divulgação na vila, da carta que incitava à restauração da monarquia, o «Grupo Carbonario Vigilante Caldense» dirigia ao director do Hospital um pedido de permissão

República Portuguesa»³.

O *Defensor* na edição de 13 de Fevereiro de 1916, descreve uma cena de tiroteio na Praça 5 de Outubro, que envolve «elementos de defesa da Republica», mas terá sido efêmera a «reorganização» do «Grupo Carbonario Vigilante Caldense», porque não encontramos qualquer outra referência e este grupo na imprensa regional nos anos agitados que se seguiram.

(Footnotes)

¹ Nome simbólico de Custódio Maldonado Freitas, na Loja Maçónica Fraternidade de Óbidos, onde foi iniciado.

² O Círculo das Caldas de 20 de Novembro de 1909 dá notícia da instalação deste advogado em Caldas. Adelino Pereira Gomes foi aclamado administrador substituto de Joaquim Alves Correia em 6 de Outubro de 1910, tendo sido eleito presidente da direcção do Centro Miguel Bombarda, conforme notícia o *Direito do Povo*, na edição de 11 de Dezembro de 1911.

³ João B. Serra, Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911.

Recortes da REPÚBLICA

Agitação

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Apesar de os democráticos de Afonso Costa terem vencido as eleições de 13 de Junho de 1915, assegurando uma maioria absoluta na câmara dos deputados e no senado, permanecia a agitação política.

No dia 3 de Julho, o líder da nova maioria, receando estar a ser alvo de um novo atentado, salta precipitadamente da janela dum eléctrico em movimento, fracturando o crânio (sofreu já vários atentados, tendo sido o anterior em 21 de Fevereiro).

A agitação que se vivia no país, não podia deixar de se reflectir na vila termal, e na edição de 5 de Outubro de 1915, o semanário republicano caldense, *O Defensor*, faz eco de uma curiosa notícia publicada na República, que ataca e ridiculariza o regedor e o administrador: *Batata e Palhota*.

«[...] O ilustre presidente da Associação Comercial das Caldas da Rainha, Sr. António Valério Junior, veio ontem a Lisboa para protestar junto do sr. ministro do interior, em nome da mesma associação, contra a ameaça de certos bandos de arruaceiros, que pretendem assaltar os estabelecimentos comerciais sob comando do próprio regedor, um desordeiro conhecido pela alcunha de Batata.

Não se trata de qualquer alteração da ordem publica, por motivo de encarceramento das subsistências, pois um dos estabelecimentos apontados para o assalto é a Fotografia Armando Silva e as fotografias não são, positivamente, um artigo de primeira necessidade.

Trata-se apenas de um acto de banditismo vulgar, de vingança e de represália, tanto mais infame quanto é certo ser capi-

taneado pelo próprio regedor.

Não somos nós que o dizemos. O próprio presidente da Associação Comercial o foi dizer ao administrador do concelho, um general reformado, de nome Palhota, que não sabe o que faz nem o que diz e que manda menos nas Caldas do que o referido regedor Batata [...] um pobre homem que não tem energia nem decisão para meter isto na ordem.

Este Batata saiu do Limoeiro para ir ser regedor, impondo-se ao próprio administrador do concelho, o que é ultravergonhoso [...].»

Na mesma página, sob o título «*António Alves Cunha*», nome de baptismo do dito Batata, o jornal parece fazer *mea culpa*, numa outra notícia, que contraria a anterior: «[...] Este nosso amigo e correligionário pediu a sua demissão de regedor no dia 1 do corrente. Se nos tivesse consultado depois das infâmias vindas no “*Republica*” e desmentidas pelos senhores Henrique da Graça, Paulino Montez e Eduardo Ribas, membros da direcção da Associação Comercial, não o teria pedido [...]. O Exmo Senhor Ministro do Interior e Governador Civil que avaliem da razão das queixas do sr. Valerio.»

Para maior confusão, na edição de *O Defensor*, de 10 de Outubro, surge uma declaração de apoio ao regedor das Caldas, com nomes sonantes e assinaturas reconhecidas:

«Declaração. Nós abaixo assinados, industriais e proprietários residentes nesta vila de Caldas da Rainha, declaramos que o cidadão António Alves Cunha Júnior, ex-regedor da freguesia de Nossa Senhora do Populo (sede do concelho), não cometeu durante o tempo que

exerceu aquele cargo, qualquer acto que o deslustrasse, quer como homem, quer como autoridade, sendo portanto falsas as arguições que ao mesmo se fazem no jornal “*Republica*” de 2 e 4 do corrente mês, assim como tudo mais. Havendo absoluto socego. Caldas da Rainha, 4 de Outubro de 1915. [...]»

Subscvem a declaração abonatória, figuras gradas da vila. Comerciantes: António Lopes, Almeida Irmão, Benigno dos Santos, Joaquim Gonçalves, Domingos Duarte, Joaquim da Cruz Ferreira, José Joaquim de Almeida, Victor José Malhoa, Francisco Anselmo de Sousa, Henrique da Graça, José da Silva Dias, Jaime Pacheco de Pina, António D’Almeida, Francisco da Silva Ladeira, Eduardo Ribas, Manuel Querido Branco, Paulino Montez, Francisco G. Varela, Estevam Tavares Adam Júnior, Miguel Soares Pinto, João Daniel de Sousa; proprietários: Manuel da Costa Faro, Correia Figueira, Alfredo Pinto Correia, João de Sousa Nunes, Joaquim José de Sousa, José Francisco Branco, António Gomes Carlos; e industriais: Adolfo José de Figueiredo, José Francisco de Sousa Filho, João Duarte (Angélico).

O célebre *Batata* – António Alves da Cunha – chegou a liderar o Partido Democrático nas Caldas da Rainha, após a dissidência de Maldonado Freitas, para o Partido de Reconstituição Nacional de Álvaro de Castro, tendo sido editor do semanário *O Defensor*, e mais tarde, administrador do concelho de Óbidos.

Quanto ao destino do General Vicente Palhota, *O Defensor*, na edição de 13 de Fevereiro de 1916, conta-nos a sua demissão, na sequência de outras peripécias em que a morna vila termal

era tão fértil:

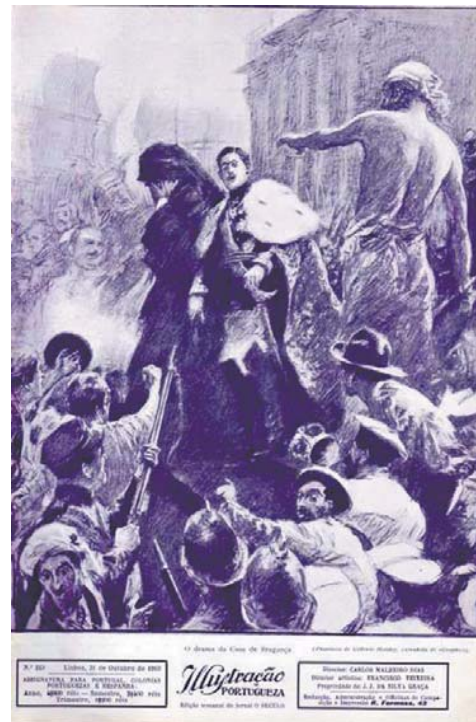
«[...] Eis resumidamente o que se passou nas Caldas, na ultima semana [...]:

Na madrugada de segunda-feira, seriam 3 horas e 30m, ouviu-se um estampido enorme, que alvoroçou toda a vila. Soube-se depois ter derivado da explosão de uma bomba, que atentou os estragos que causou, devia ser de grandes proporções, na Rua Sangreman Henriques. Mais tarde, seriam 7 horas, ouviram-se tiros para o lado do Cabo da Vila. Foi encontrado estendido na Rua Capitão Filipe de Sousa o cocheiro Augusto Pereira, que adquiriu uma triste celebridade quando da vergonhosa ditadura do General Pimenta de Castro. Apresentava quatro ferimentos que declarou terem-lhe sido feitos a tiro por Henrique de Almeida. À hora, porém, em que os tiros foram ouvidos, afirmam testemunhas que este nosso correligionário se achava, com outros elementos de defesa da Republica, próximo da Praça 5 de Outubro.

Na noite seguinte, foi ainda ligeiramente ferido a tiro um caixeiro do Sr. Anselmo, que apresentou como agressor Artur Alves da Cunha.

O Sr. General Palhota, que era o administrador do concelho, recebeu uma carta anónima ameaçando-o de que a casa lhe seria dinamitada, caso não ordenasse a prisão do Sr. Henrique Almeida. Pediu a demissão, sendo interinamente substituído pelo oficial do Governo Civil, Sr. Aurélio Neto, velho republicano que vem animado da melhor vontade para descobrir toda a verdade. [...]»

Esta crónica deveria, talvez, ficar por aqui. Mas as palavras são como as cerejas, e o cronista não resiste a prolongá-la um



Capa de *O Século Ilustrado* de 31 de Outubro de 1919

pouco, até aos nossos tempos, com uma história de paixão que nela se entrelaça.

O General Vicente Palhota terá uma única filha, Armanda, que casa com Silva Pais, o último chefe da polícia política do estado novo.

Dessa união nasce uma única filha, Ana Maria Palhota da Silva Pais, que em 1965, inesperadamente, abandona a família e o regime, e parte para Cuba, solidária com a revolução naquela ilha.

Annie, como ficará conhecida, enamora-se do médico pessoal de Fidel Castro, revela uma ardente paixão por Che Guevara, e estabelece uma prolonga-

da relação com o ministro do Interior, José Abrantes, que há-de morrer numa prisão de Havana.

Tradutora e intérprete de Fidel, só regressa a Portugal após o 25 de Abril, para ir visitar o pai à prisão de Peniche. Trabalha na 5.ª Divisão do MFA durante o verão quente de 1975 e morre em Cuba em Julho de 1990, vítima de cancro.

Esta história foi contada por José Pedro Castanheira e Valdemar Cruz, jornalistas do Expresso, numa reportagem de 2002, e mais tarde num livro editado pela Temas e Debates: *A Filha Rebelde*.

RESTAURANTE GRELHA DO PAÚL ESPECIALIDADE EM FRANGO À GUIA

Com diárias a 6,50€, almoços ou jantares, todos dias excepto Domingos e Feriados. Também com sala para petiscos diariamente e com Churrasqueira com venda para fora (take away) por encomenda.

AO DOMINGO COZIDO À PORTUGUESA

Contactos: 262 843 162 - 925 061 501 - 912 235 856

(2700)

RAZÃO MODERNO

Decoração e Serralharia em Inox, Lda.

- Corrimões
- Guardas
- Cancelas
- Portões
- Gradeamentos
- Polimentos
- Esmerilamento
- Passivação
- Limpezas

www.decorinox.com.pt

decorinox@sapo.pt T. 91 25 19 44 9

Desentupimentos

DesentoPressão, Lda.

www.desentupimentos-sos.com

Hidro Jacto a Alta Pressão • Sucção por Vácuo
Bombeamento de Águas • Inundações

PIQUETE 24 HORAS

937 507 000 • 910 507 074

CALDAS DA RAINHA

Recortes da REPÚBLICA

O clero e a República

Com a implantação da República é banido o ensino da “doutrina cristã” nas escolas primárias e instituído o registo civil obrigatório, para que os cidadãos pudessem nascer, casar e morrer, sem terem que prestar contas à Igreja Católica, retirando-se relevância aos registos paroquiais, que tinham sido até àquele momento a única forma de solenizar esses acontecimentos.

Apesar da hostilidade do novo regime, vários padres da região aderem ao partido republicano logo após a revolução, ainda no ano de 1910, como acontece com o pároco de Salir de Matos, Manuel Delgado, e de Santa Catarina, Agnelo Monteiro Dinis, de acordo com a lista publicada no semanário caldense *Direito do Povo*, de 22 de Janeiro de 1911.

O novo regime define como alvo preferencial a congregação jesuíta, e nos jornais da região são frequentes os ataques a estes prelados, relativamente aos quais o líder republicano Miguel Bombarda chegou a pregonizar a deportação para uma ilha deserta ou o internamento em manicómios.

Sobre estes padres, lêem-se acusações na edição do *Direito do Povo*, de 8 de Janeiro de 1911, que ilustram o ambiente hostil que enfrentam:

«[...] Os jesuítas [...] celebre e extinta companhia de verdadeiros antropófagos da consciência e do dever humano [...]. Qual serpente que pelo magnetismo dos seus olhares atrai e si todas as conveniências pessoais, filhas da fraca consciência e ignorância do povo rude, a que o desprezo pela instrução de tantos anos de monarquia o lançou. Quantas dezenas de donzelas submetidas á atroz tortura do confessorio, foram arrebatadas dos lares dos entes que lhe deram o ser para que a beleza que a natureza lhes prodigalizou e os bens de riqueza dos seus antepassados, fossem cair aos pés d'esses miseráveis? [...]».

Conclui o cronista, promovendo a sacralização da sociedade instruída, em oposição aos ensinamentos da igreja: «[...] Si-gamos os preceitos da religião verdadeira - instrui-vos, educaveis e convosco será o reino da glória [...]».

A imprensa regional rende-se deslumbrada ao carisma de Afonso Costa, rosto do anticlericalismo republicano, como acontece com o conservador e monárquico *O Circulo das Caldas*, recém-convertido à República, na edição de 2 de Abril de 1911: «[...] A expulsão das ordens religiosas, as leis da família, lei do divórcio e Código do Registo Civil, bastariam sobejamente para que o vosso nome aureolado de Gloria e enobrecido de prestígio, apontado fosse ás gerações vindouras com lidima gloria de que uma raça se orgulha [...]».

Na edição do *Leiria Ilustrada* de 29 de Abril de 1911, o correspondente caldense Adriano Teixeira Pinto fala da “côngrua paroquial” e da influência política que os padres mantêm nas aldeias:

«[...] Como não puderam este ano andar de casa em casa a dar conselhos e a fazer a respectiva colheita do que faz falta ao povo para dar pão aos filhos, vestidos dos habitos sacerdotais, nem por isso desistiram. Usaram do traje secular e foram eles de casa em casa com o Christo sonogado debaixo do casaco, acompanhados do sácrista para lhes conduzir a respectiva esportula¹. Tudo isto se fez e tem feito n'este concelho e para que o povo fanatizado não continue a ser vilmente enganado e explorado, é preciso que nestas localidades se façam comícios e conferencias de propaganda já que não se fizeram no tempo da monarquia [...] Quando desejavamos que o administrador do concelho fosse pessoa estranha e desconhecida nesta vila [...] desejávamos evitar que essa autoridade se convertesse em cacique republicano captando as simpatias dos padres reacionarios das freguesias aonde o povo por eles esta dominado pelo fanatismo e nestas condições dão o voto a quem o padre quizer [...]».

Nos jornais da região há registo do julgamento de padres que utilizam o púlpito como tribuna contra o novo regime, como acontece no semanário *O Radical*, que na edição de 6 de Abril de 1911, dá notícia da condenação do padre Paulo Machado, da Marinha Grande, na pena de dez dias de prisão, suspensa por dois anos «acusado de atacar na igreja as leis da República», novamente preso, como



■ Manifestação anticlerical realizada em Lisboa no dia 14 de Janeiro de 1912, Ilustração Portuguesa, n.º 309, página 112.

relata a edição de 6 de Julho do mesmo ano «[...] acusado de ter deitado uma bomba de dynamite á porta da sua residencia, a fim de accusar alguns republicanos daquela vila, os quais eram incapazes de ter praticado o feito [...]».

A crispação entre o novo regime e o clero agrava-se, emitindo os bispos portugueses uma pastoral, contra a qual se insurge *O Radical* de 2 de Março de 1911, acusando-os de estarem «[...] em guerra aberta com a Republica que tão benevolente-mente os tem tratado e que tão generosa tem sido, talvez até em demasia, para com aqueles que pregavam e pregam ainda que surdamente a guerra santa sem tréguas contra ella [...]».

A Lei da Separação da Igreja e do Estado, de 20 de Abril de 1911, ao contrário do que sugere a sua denominação, constitui uma verdadeira integração do culto católico na hierarquia estadual.

A Igreja perde a identidade jurídica e a dependência de Roma, passa a ser considerada culto interno sob licença estatal, dependendo as manifestações religiosas de prévia autorização escrita da autoridade administrativa, que só as podia conceder nas localidades onde essas manifestações constituíssem «um costume inveterado da generalidade dos cidadãos».

A lei é interpretada como persecutória pelo clero, contrariamente ao que defendem os jornais republicanos da região, como ocorre com o semanário *Leira Ilustrada*, que na edição de 29 de Abril de 1911, assume a intransigente defesa da lei e do seu autor: «[...] A nova lei não é, como muitos desejavam, uma medida de perseguição, antes pelo contrario, é uma lei com a mais ampla liberdade para todas as religiões, no dominio das consciencias e dentro da orientação da Republica. [...] é uma lei que veio glorificar o governo e que honra sobremaneira Afonso Costa, esse grande e luminoso espirito, gloria de um país, e até mais, da humanidade [...]».

Também contra a lei do registo civil erguem a voz alguns padres nos seus púlpitos, ousadas asperamente censuradas na imprensa da época, como acontece no semanário caldense *O Defensor*, de 14 de Dezembro de 1913: «Padre caranguejo. Este tonsurado, que também se dá pelo nome de Padre de Santa Maria, numa festa religiosa que se realizou em Traz do Outeiro no dia 8 do corrente, vomitou a sua bilis venenosa de chagal, como é, contra a lei do Registo Civil obrigatorio, indispondo o povo daquele logar contra uma tão basililar lei da Republica. Ao Sr. Administrador do Concelho de Óbidos, pedimos ené-

gicas providências para fazer entrar na ordem o tão celebrado padre que de caranguejo foi cognominado, quando á frente dum grupo de beatas pretendeu vexar os liberais do concelho visinho, com manifestações que só eram próprias do extinto regime».

Deu brado, ainda no ano de 1910, um conflito que opôs o professor primário de Santa Catarina, Guilherme Júlio de Moura Burquette, ao pároco Agnelo Monteiro Dinis, devido ao facto de este ter transferido as cerimónias religiosas de Nossa Senhora do Rosário para as quatro horas da manhã, mandando repicar os sinos às três em ponto.

A intervenção sensata e isenta do administrador do concelho Joaquim Manuel Correia, evita males maiores, mas há feridas que nunca cicatrizam e o pároco de Santa Catarina, apesar de inscrito no partido republicano, não cessa de pregar contra o novo regime, acabando por ser expulso da sua paróquia, como notícia em 17 de Outubro de 1913 o semanário *O Radical*, que, de forma surpreendente, assume a sua defesa: «[...] O ministro da justiça, o venerável sr. Correia de Lemos, não teve pêjo de manchar os seus cabelos brancos com um decreto odioso e injustificável: foi expulso da freguesia de Santa Catharina, concelho de Cal-

das da Rainha, o respectivo pároco, Padre Agnelo Monteiro Dinis. Dizem-nos que é um santo velho, respeitador das leis da Republica, amigo de todos os seus parochianos, profundamente estimado na freguesia inteira, onde residia ha vinte e seis annos [...]. Tudo isto deixa de ser profundamente triste para ser profundamente revoltante, servindo apenas para crear odios e más vontades contra a Republica [...]».

O conflito da Republica com a igreja é uma guerra com frentes e resultados distintos: ganha pelo regime nos grandes meios urbanos, como em Lisboa, onde organiza gigantescas manifestações anticlericais, como a que se vê na imagem que acompanha este texto; irremediavelmente perdida no mundo rural, que se sente ofendido nas suas crenças ancestrais.

(Footnotes)

¹ Gratificação em dinheiro.

² Também nas edições de 22 de Agosto e de 19 de Setembro de 1913.

O Radical defende o regedor de Santa Catarina José Joaquim Bernardino, julgado com a acu-

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Recortes da REPÚBLICA

A mulher e a República

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Estranho paradoxo. A República elege como seu símbolo o busto de uma mulher, coloca-a num pedestal e esquece-a.

Nos jornais caldenses colhem-se pequenos textos, onde transparece o discurso legitimador da inferioridade social e política da mulher e a recusa de reconhecimento dos mais elementares direitos cívicos por parte do regime triunfante.

O *Direito do Povo* publica na edição de 22 de Janeiro de 1911, um texto de Teófilo Braga, membro do Directório do Partido Republicano e presidente do Governo Provisório da República Portuguesa a partir de 6 de Outubro de 1910, com o título «A mulher, o sentimento e a renovação social», onde se enaltece a sensibilidade feminina, que justifica o pedestal que a República lhe atribui, mas que não chega para legitimar o direito de voto que o regime lhe recusa.

Predicava assim o ilustre republicano: «[...] Para realizar a base renovadora da sociedade, não basta a "Razão" dos pensadores, nem a "Acção" ou energia dos proletários, é indispensável o impulso do "Sentimento", motor supremo e real base da unidade humana. É a Mulher que possui todo o poder impulsivo, para que se resolva o problema humano da constituição completa da força moral, destinada a modificar a força material. O Pensador desvairava nas especulações teóricas. O Proletário agita-se sobre a pressão das suas necessidades; somente a Mulher é que, acordando o amor universal, leva a compreender a preponderância da Sociabilidade sobre a Personalidade [...]».

O semanário caldense *O Defensor* dedica um vasto espaço às suas leitoras, com o título "Jornal da Mulher", e dele se colhem curiosas pérolas, como a que se segue, onde se defende que, afinal, é a mulher quem comanda a vida do homem: «[...] A influência das mulheres abrange toda a vida. Amante, esposa, mãe, são três palavras mágicas que encerram todas as felicidades humanas. Ou impeçam pela formosura, ou pelo galanteio, pelo amor ou pela razão, sempre imperam. O homem aconselha-se com a mulher, obedece à mãe e ainda depois de finada, as ideias que dela recebeu passam a ser princípios mais robustos que as suas paixões [...]».

Na edição de 16 Agosto de 1914, o mesmo semanário caldense revela uma visão pragmática da educação feminina: «[...] As alunas dos grandes cen-

tros prescindem do ensino de agricultura, etc. Devem-se estes substituir pelo de economia doméstica, ensinar as pesagens dos géneros alimentícios necessários para um determinado numero de pessoas, a cozinhar, a calcular a vida da casa. Substitua-se-lhe os trechos realistas de Kok ou Zola pelo rol da roupa [...]».

Finalmente, na edição de 27 Dezembro 1914, *O Defensor* justifica a diferença entre o que deve ser ensinado a eles e a elas: «[...] A educação feminina dá margem a considerações engraçadas. Que é um desastre as raparigas lêrem, porque isso facilita as relações amorosas. Basta conhecerem a luas no Borda d'Água do Teixeira, ou a grafia dos envelopes do irmão militar. O programa elaborado para o rapaz já é mais lato. Abrange o *Lunario Perpetuo*, e o *Manual Enciclopédico* [...]».

Na imprensa caldense colhem-se referências a duas mulheres republicanas que na vila termal lutam pela dignificação do seu estatuto: a poetisa Maria Clara Heller Caldas, que Luís Teixeira, na *Gazeta das Caldas* de 14 de Outubro de 1928, coloca na génese do movimento que dará origem ao centro republicano que surge na vila em 1906 e que mais tarde assumirá o nome de Cândido dos Reis; e uma misteriosa feminista que assina com as iniciais "E. A.", e que convoca as mulheres caldenses num manifesto publicado na edição de 18 de Dezembro de 1910 do semanário *Direito do Povo*, que reza assim:

«Mulheres portuguesas, avante.

Caminhar para os progressos guiados pelo sublime ideal da Democracia! É preciso que a mulher se eduque, se instrua e se compenetre dos seus deveres sociais; é portanto urgente abrir caminho seguro para aspergurar a luz, educando, instruindo, rasgando para todo o sempre o negro veu que envolve as trevas da ignorância. [...]

Eis pois o fim d'este modesto alvitre: despertar d'esse entorpecimento as damas de todas as classes sociais das Caldas, com o fim de fundar um Centro Democrático Feminista, cujos fins humanitários são baseados em duas únicas palavras: - Instrução e Caridade [...].

Espero que não serão lançadas ao vento as minhas palavras dictadas por um sentimento espontâneo d'uma alma de mulher portuguesa [...]».

Ainda no ano de 1910, como



Foto de Carolina Beatriz Ângelo (Colecção António Pedro Vicente)

notícia a *Ilustração Portuguesa* de 29 de Janeiro de 1912, o catedrático de Coimbra Marnoco e Sousa publicava «um denso volume de matéria constitucional que mezes antes fôra preleccionado, pagina por pagina na galeria dos notáveis da República, a uma única mulher entre os 160 homens: Ana de Castro Osório (fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas)

Na lei eleitoral de 1911, elaborada pelo médico caldense Leão Magno Azedo, a República recusa a igualdade de direitos cívicos, sendo o direito de voto reconhecido apenas a «cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família».

Carolina Beatriz Ângelo, viúva e mãe, invocava a qualidade de chefe de família e requer ao presidente da comissão recenseadora, a inclusão do seu nome no recenseamento eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1911.

Confrontada com o indeferimento liminar do seu pedido, não se resigna e recorre para o tribunal, com o argumento de que a lei não exclui expressamente as mulheres.

Assistia-lhe razão. A exclusão era intenção do legislador republicano, mas a ambiguidade da sua formulação permitiu

memorativa de revolução do 5 de Outubro, retratar um conjunto de 161 destacados republicanos, numa imagem dominada por uma mulher de peito descoberto e espada em punho, atribuindo a honra de figurar na galeria dos notáveis da República, a uma única mulher entre os 160 homens: Ana de Castro Osório (fundadora da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas)

Na lei eleitoral de 1911, elaborada pelo médico caldense Leão Magno Azedo, a República recusa a igualdade de direitos cívicos, sendo o direito de voto reconhecido apenas a «cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família».

Carolina Beatriz Ângelo, viúva e mãe, invocava a qualidade de chefe de família e requer ao presidente da comissão recenseadora, a inclusão do seu nome no recenseamento eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1911.

Confrontada com o indeferimento liminar do seu pedido, não se resigna e recorre para o tribunal, com o argumento de que a lei não exclui expressamente as mulheres.

Assistia-lhe razão. A exclusão era intenção do legislador republicano, mas a ambiguidade da sua formulação permitiu



Busto da República

ao juiz João Baptista de Castro proferir sentença favorável, em 28 de Abril de 1911, com lucidez, bom senso, e um inabalável argumento de interpretação literal: «[...] Excluir a mulher [...] só por ser mulher [...] é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano. [...] Onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir [...] mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral».

Munida da decisão judicial, Carolina Beatriz Ângelo comparece na assembleia de voto de Arroios, como notícia o jornal *A Vanguarda*, edição de 31 de Maio de 1911.

Diz o jornal lisboeta, que «[...] O presidente da Meza [...] Constanção de Oliveira consultou a meza sob o ponto de vista legal, que, em seu espírito, não oferecia dúvidas [...]», justificando mais tarde essa consulta, apesar da sentença judicial, nestes termos: «[...] porque me constara que o governo provisório tinha consultado o procurador geral da República acerca da sentença do juiz que mandou incluir o nome d'aquella senhora no recenseamento eleitoral e ainda por que a aceitação da lista representava o reconhecimento do voto às mulheres, assumpto que tem ser-

vido de thema a largas discussões [...]».

Na explicação final, do presidente da mesa de voto revela-se a recusa da paridade, por detrás da condescendência vazia do discurso masculino, tão típica da época: «[...] a meza não podia deixar de aceitar a lista. E recebi-a com a mesma satisfação, como se pode, por exemplo, receber uma flor que nos é offer-tada por uma dama, com quem estamos permutando amabilidades e gallanteios [...]».

O gesto de coragem desta mulher tem como consequência imediata um retrocesso na lei. O Código Eleitoral de 1913 determina que «são eleitores de cargos legislativos os cidadãos portugueses do sexo masculino maiores de 21 anos ou que completem essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, saibam ler e escrever português, residam no território da República Portuguesa».

As mulheres portuguesas teriam de esperar pelo ano de 1931 para lhes ser concedido o direito de voto e, ainda assim, com restrições: apenas podiam votar as que tivessem cursos secundários ou superiores, enquanto para os homens continuava a bastar saber ler e escrever.

Recortes da REPÚBLICA

Correspondentes

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Naquela época os jornais não cultivavam a aparência da isenção que legítima a credibilidade. Pelo contrário, assumiam-se sem reserva como porta-vozes de um grupo político, ou mesmo de um líder, que defendiam de forma intransigente, tomando posição em querelas e polémicas sem facultar o contraditório aos opositores.

Qualquer político relevante tinha necessariamente por detrás de si um jornal que o apoiava. A título de exemplo: Afonso Costa teve sempre a seus pés *O Mundo*; António José de Almeida fundou e dirigiu o jornal *República*; Brito Camacho criou o jornal *A Luta*, que começou por ser um centro de conspiração anti-monárquico; e Machado Santos, herói da Rotunda, eternamente inconformado com o caminho por onde seguia a “sua” revolução, zurzila Afonso Costa n’*O Intransigente*.

Na sede do distrito, pontificavam dois semanários: o *Leiria Ilustrada*, que apresentava como “director político e proprietário” o deputado Gaudêncio Pires de Campos, e o *Radical* que promovia o seu “director e proprietário” deputado Ribeiro de Carvalho.

Por cá, na vila termal, *O Direito do Povo*, propriedade de João António Duarte, anunciava-se como “Órgão do Partido Republicano nas Caldas da Rainha”, *O Defensor* definia-se como “Semanário Republicano”, e *O Círculo das Caldas*, monárquico até 21 de Outubro de 1910, data em que anunciou a sua conversão ao regime republicano, manteve sempre a designação de “Jornal Político, Literário, Agrícola, Sportivo e Noticioso”.

Na inevitável coluna “Correspondências”, os jornais da época davam a palavra aos seus representantes, que faziam chegar às redacções os ecos das lutas políticas nos vários concelhos, devidamente interpretados de acordo com a respectiva linha editorial.

O estatuto de correspondente de um grande jornal, por um lado dava ao seu titular inegável importância política, mas por outro atirava-o para a fogueira da polémica, de onde naquele tempo ninguém saía incólume, como o leitor concluirá dos exemplos que se seguem.

A primeira nomeação de Maldonado Freitas para administrador do concelho, gera paixões e rancores que ultrapassam as

fronteiras da vila termal, relacionados pelos correspondentes de acordo com a posição que os respectivos jornais assumem no conflito.

O correspondente do jornal *O País*, desvaloriza a agitação que se vive na vila, tomando posição ao lado do administrador nomeado, e a reacção de *O Círculo das Caldas* não se faz esperar.

Na edição de 2 de Abril de 1911, o semanário caldense, inimigo fígado do farmacêutico, num feroz ataque contra o correspondente, não lhe poupa injúrias: «N’uma correspondência d’esta villa, inserta no “Paiz” de 25 de Março ultimo, pretende-se torpemente apagar a eloquente significação que teve o ruído do protesto da grande maioria dos habitantes d’esta villa contra a nomeação do sr. Custódio Maldonado Freitas para administrador d’esto concelho. Esta correspondência, onde a incapacidade intelectual do seu auctor corre parhelas com a perversidade do mesmo [...] Afirmam-nos que o correspondente desta villa para o “Paiz” é um decrepito irrisório pela sua vaidade balofa, que há anos anda a servir de petisco aos caldenses, patenteando a maluquice com que a natureza o dotou, decrepito que sendo reaccionário até ao 5 d’outubro, armou depois dessa data em republicano radical [...]»

Assumindo posição contrária, Adriano Teixeira Pinto, correspondente do *Leiria Ilustrada*, enfatiza a contestação ao nome do administrador, e no mesmo jornal, nas edições de 29 de Abril e de 20 de Maio de 1911, é alvo de um ataque de Avelino Soares Belo, desferido em duas violentas cartas com o título «Varrendo a testada».

Na edição de 20 de Maio, o ceramista republicano acusa o correspondente do jornal leiriense de acompanhar o líder dos “caceteiros” que, alegadamente, pretendiam agredir a nova autoridade administrativa: «[...] Deram um assalto ao ato da posse do novo administrador para o pôr pela janela fora, mas os que taes intenções levavam, vendo a attitude do povo, viram-se obrigados a descer pelas janelas. Á noite houve desafio. Um rancho de 20 ou 30 arruaceiros, armados de paus, dos caseais a duas leguas d’esta vila, entraram n’esta pacata e ordeira povoação, ensarilhando os seus



Composição gráfica de Inês Querido

«cacetes na praça, insultando o povo da vila e dando morras a Freitas em frente da sua porta. Ao chefe dos arruaceiros dirigi os meus cumprimentos porque eramos conhecidos, estava com ele o meu contendor [...] que tanto o defende e que desapareceu com ele [...]».

Apoiante desde a primeira hora, do centro republicano Almirante Reis e do seu líder Custódio Freitas, a direcção do jornal leiriense em nota de redacção que se segue à carta de Avelino Belo, censura o seu colaborador, que acabará por perder o lugar: «[...] Ao nosso correspondente das Caldas da Rainha, um dedicado cooperador d’esto jornal, pedimos para se abster de referencias á actual situação política, pois não queremos que alguém suponha que temos em mira desconsiderar seja quem for, ainda porque d’essa abstenção pode resultar a paz que na mesma vila tem faltado [...]».

Os correspondentes chegam mesmo a utilizar a sua função para intervir na disputa política, de acordo com o testemunho de *O Direito do Povo*, referente a um comício adiado.

Vejamos os vários folhetins em que se desenvolve esta estranha história.

O Partido Republicano nas Caldas organiza um comício para o dia 20 de Novembro de 1910, para o qual convida dois oradores: Alexandre Braga e Malva do Vale.

Na edição de 20 de Novembro, o jornal republicano caldense dá notícia lacónica do adiamento: «Foi adiado para dia que há-de oportunamente de-

signar-se, o comício que o Partido Republicano hoje devia realizar no Theatro Pinheiro Chagas, d’esta villa».

Na edição seguinte, de 27 de Novembro, o mesmo jornal explica um pouco mais: «[...] O comício foi adiado porque os illustres cidadãos drs. Alexandre Braga e Malva do Valle, os dois mais brilhantes oradores que n’elle deviam tomar parte, dirigiram para a comissão organizadora os seguintes telegramas: [...] Dr. Arthur Leitão, Caldas da Rainha “Nada prevenido vi jornaes comício dia 4 comprometido, impossível ir” Alexandre Braga [...] Dr. Arthur Leitão, Caldas da Rainha “Motivo inadivél impossível comparecer comício”. Malva.

Recebidos estes dois telegramas, o primeiro dos quais foi provocado por lastimável erro, no Século [...], apressou-se o dr. Arthur Leitão a communicar á comissão respectiva, aconselhando o adiamento do comício, o que foi acceteito [...] Ora a teem os senhores a razão do caso estranho [...]».

Era correspondente dos jornais *O Século* e *O Mundo*, na vila termal, Gonzaga Gomes, que foi um dos mais próximos colaboradores de Rafael Bordalo Pinheiro².

Na edição de 25 de Dezembro, o *Direito do Povo* publica um texto assinado por “J. Cláudio F. Sotto Mayor”³, onde se atribui toda a responsabilidade pelo adiamento, ao correspondente na vila termal dos jornais *O Século* e *O Mundo*.

Mesmo para os padrões da época, o texto em causa⁴ surpreende pela violência injuri-

sa:

«[...] Creado na Mouraria, apanhando pontas de cigarros para vender aos rufiões, fazendo serviços a collarejas e aprendendo com tão amados companheiros o seu calão e manhas, já rapazola, teve artes de se agarrar á teta com que os nossos prodigos governantes beneficiaram a Fabrica das Faianças, e, exgotada a teta e o dinheiro dos accionistas, tratou aquelle homunculo de se arranjar por outro lado.

Então ao seu bestunto suggeriu a idéa de se fazer informador de jornaes e lá, nas redacções, corrigiram os erros dos seus escriptos [...].

Para 20 de novembro fora anunciado um comício no Centro Candido dos Reis; o trapaceiro, com o propósito de o transtornar, noticiou n’*O Século* do dia 19 que o comício seria no dia 4 do proximo mês de dezembro.

Os conferentes (Dr. Alexandre Braga e outros), cuidando que tal mudança de dia era resolução dos dirigentes d’aqui, resolveram não vir, não havendo tempo para desfazer a trapaca [...]».

Também no semanário *Direito do Povo*, na edição de 8 de Janeiro de 1911, Avelino Belo revela a sua profunda inimizade com o correspondente de *O Século* e de *O Mundo*, narrando um conflito ocorrido 16 anos antes, quando ambos trabalhavam na Fábrica de Faianças.

Na sua versão, tudo começou com uma discussão, durante a qual o ceramista desferiu uma bengalada no futuro correspondente dos jornais *O Século* e *O*

Mundo. Decorridos alguns dias, quando se encontrava a trabalhar na sua bancada, terá sido esbofetado “à traição”. Pediu a intervenção de Bordalo Pinheiro e «em presença de todos, o Mestre admoestou aquele empregado duramente, [...] proibindo-o expressamente de voltar áquella officina».

Como diziam os romanos, para a história apenas ficam as palavras escritas, porque as outras, leva-as o vento (*verba volant scripta manent*).

Se nos limitássemos à leitura do *Direito do Povo*, ficaríamos com uma ingrata ideia da personalidade de Gonzaga Gomes.

Mas sobre ele outras páginas se escreveram.

Foi um dos mais próximos colaboradores de Rafael Bordalo Pinheiro, desempenhou funções administrativas e comerciais, mantendo-se depois da morte do Mestre, ao lado de seu filho, Manuel Gustavo.

A este colaborador, dedicou Bordalo Pinheiro uma das suas mais belas peças de cerâmica, com dedicatória desculpando-se das muitas dores de cabeça que lhe fez sofrer, devido aos seus desmandos financeiros, e em 1902, Abel Botelho referia-se a Gonzaga Gomes como «[...] o honestissimo administrador da fábrica, executando verdadeiros jogos malabares de economia e tino pratico, mercê dos quais vai conseguindo fazer singrar com relativa tranquillidade e segurança a melindrosa instituição da fábrica [...]».

(Footnotes)

¹ O primeiro e único jornal caldense exclusivamente dedicado ao desporto, chamava-se Desportivo, teve publicação quinzenal, sendo a sua primeira edição de 1 de Dezembro de 1924.

² Na versão de S.P. Danton, José de Almeida Pedrosa, republicano histórico caldense, foi substituído por Gonzaga Gomes como correspondente de *O Mundo* «por recomendação de Francisco Grandella e influencias de Sebastião de Lima».

³ Joaquim Cláudio Freire Sotto Mayor, presidente da Câmara das Caldas em 1905, filiado no Partido Republicano após o 5 de Outubro.

⁴ Este texto veio a ser reproduzido quase na íntegra por S.P. Danton em A Questão Política nas Caldas da Rainha.

⁵ Citado por João B. Serra, in

Arte e Indústria na Transição para o Século XX: a fábrica dos Bordalos [Análise Social, Vol. XXIV (100), 1988 (1.º), 275-311]

Recortes da REPÚBLICA

Greves e outros conflitos

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Existe uma tendência, talvez confirmada por estas crónicas, para julgar a República como época de balbúrdia, isolando-a do contexto histórico que a condicionou, como se o mundo à nossa volta tivesse permanecido parado, em paz e sossego, como se as últimas décadas da monarquia tivessem sido tempos de tranquilidade.

Não é verdade.

O julgamento desses tempos conturbados, implica um olhar mais longo, mais crítico e mais abrangente.

Pela Europa, com o atentado de Sarajevo em Junho de 1914, acende-se o rastilho que há-de conduzir à Primeira Guerra Mundial, com mais de 8 milhões de mortos, 20 milhões de feridos e 6 milhões de inválidos. Nos escombros da guerra desmembram-se impérios históricos, altera-se o mapa europeu, impõe-se a perda de territórios e o pagamento de indemnizações à grande potência vencida, rastilho de um outro conflito mundial que deflagrará alguns anos depois. Na Rússia de 1917 eclode uma revolução que vai abalar o mundo. Vivem-se tempos de desassossego entre o Atlântico e os Urais.

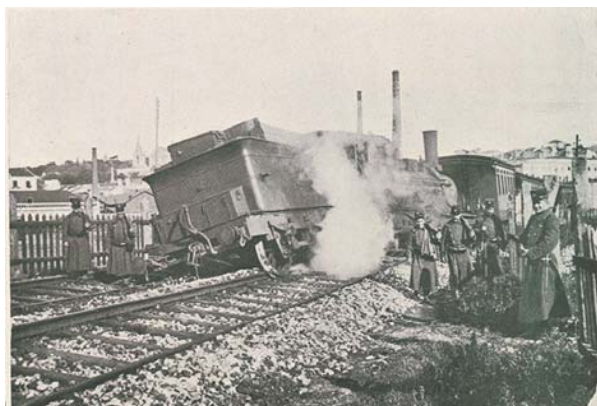
Por cá, antes do triunfo da república, na “monarquia sem monárquicos” – designação atribuída a D. Carlos – alternam de forma pendular, governos de dois grandes partidos, com pequenas diferenças programáticas: o Regenerador de Hintze Ribeiro e o Progressista de José Luciano, numa “dança de cadeiras” que João Franco, dissidente do Partido Regenerador, baptizou por “rotativismo”.

Com a viragem do século, ocorre a cisão e fragmentação dos grandes partidos.

A política deixa de se resumir à rotina da rotação, expondo o rei, com um acréscimo de intervenção política (como no incondicional apoio à impopular ditadura de João Franco), o que agravava de forma insustentável o seu estatuto, tornado objecto de discórdia em vez de quadro de referência.

A agitação política é permanente. Em menos de dois anos (entre Novembro de 1899 e Outubro de 1901), realizam-se quatro eleições para deputados.

No início do Outono de 1910, enquanto a monarquia agoniza, Lisboa paralisa com greves dos corticeiros, tanoeiros, garrafeiros e outros ofícios, calculando-



■ Fotos Ilustração Portuguesa, n.º 414, página 123: Descarrilamento de comboio em Alcântara e o comboio n.º 354 descarrilado em Sacavém durante a greve dos ferroviários.

se em 12.000 o número de operários corticeiros em greve, só na margem sul.

A Monarquia tolerava a greve, apesar de formalmente a proibir, tipificando-a como crime no artigo 277.º do Código Penal.

Com a República é formalmente instituído o direito à greve.

Após o 5 de Outubro, o movimento grevista ganha nova energia, e os jornais, sem porem em causa o direito, questionam a legitimidade, culpabilizando a reacção monárquica pela instabilidade social, como faz *O Século* na edição de 26 de Outubro de 1910, a propósito da greve dos carroceiros: «[...] Não há dúvida que a greve é um meio de defesa do operariado, legítimo e sancionado pelas leis de todos os países cultos [...]. Todavia, por muito justas que sejam as reivindicações operárias que determinam esses movimentos, parece-nos que ocasiões há em que o interesse da comunidade deve prevalecer a tudo [...]. Só o espírito reacccionário [...] do extinto regime é que poderia instigar as classes trabalhadoras a movimentos inoportunos, como a da greve dos carroceiros. [...] Consolidada que esteja a República, o governo [...] está no firme propósito de promover a melhoria das condições de vida dessas classes [...]. Cumpra, pois, a todos não embaraçarem a acção do governo, e pelo contrário, coadjuvando-o o mais fervorosamente possível [...]».

A contestação social virá a assumir particular relevo no conturbado ano de 1917, com 256 greves contabilizadas em três

trimestres, atingindo o número de 268.000 grevistas¹.

Há quem defenda que a forçada exclusão do Partido Socialista Português (fundado em 1875) da política parlamentar, através da lei eleitoral de 1911, reforçou a posição dos anarcosindicalistas², factor que justificará a radicalização dos movimentos grevistas.

No início de 1914 desencadeia-se uma greve nos caminhos-de-ferro, que afecta particularmente a vila termal. Os grevistas isolam Lisboa fazendo descarrilar comboios e cortam linhas telegráficas, levando à intervenção das autoridades civis e militares.

O semanário *Leiria Ilustrada*, na edição de 17 de Janeiro de 1914, dá conta da reacção das autoridades nas estações do distrito: «Na quarta-feira última puseram-se em greve os ferroviários da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, deixando de circular nesse dia os comboios nas linhas da mesma Companhia. [...] No distrito de Leiria estão as estações de posse das autoridades administrativas e ocupadas pela força militar, conforme as ordens recebidas do governo. Oxalá não se faça esperar a solução deste assunto que está causando imensos transtornos a muita gente».

Os semanários leirienses dizem sobre o tema. Mais próximo do governo de Afonso Costa, o *Leiria Ilustrada*, na edição de 24 de Janeiro de 1914, estranha a oportunidade do protesto: «[...] Acreditamos que aos grevistas alguma razão assista, sendo apenas para estranhar que certas classes que no antigo regime nunca suspenderam o trabalho, nos três anos de República se tenham posto em greve por várias vezes [...]». Do outro lado da barricada, *O Radical*, na edição de 22 de Janeiro, aponta um dedo acusador ao governo republicano: «[...] No paiz vae-se pronunciando um completo desassego. [...] E o governo o que faz perante este medonho espectáculo? Manda prender e espadeirar os grevistas, que não se submettem aos desejos da companhia, sem porventura, atender a que elles estão dentro do uso d'um direito que a lei lhes concede [...]. Satisfaz-se em mandar tropas para as estações dos caminhos de ferro [...]».

Administrador do concelho, Custódio Maldonado Freitas ocupa a Estação dos Caminhos de Ferro na vila termal e toma providências para viabilizar a circulação de comboios. Reconhecido e elogiado na imprensa da capital, o zelo do administrador caldense é alvo da ironia do semanário *O Radical* de 22 de Janeiro de 1914, que lhe dedica um dos textos mais hilariantes da imprensa regional da época: «O nosso Maldonado Freitas, alcaide das Caldas da Rainha, tem sido o homem da situação. Todos os dias os jornaes de Lisboa inserem cuidadosos telegrammas, dando-nos conta da sua acção heroica e notabilíssima na greve dos ferro-viários. Freitas come na estação. Freitas bebe na estação. Freitas dorme na estação. Freitas, enfim, faz na estação tudo o que manda o regulamento.

Freitas chegou á estação e não esteve com meias medidas: viu e venceu.

Metteu os empregados em um bôlso, fechou o telégrapho em outro, arrecadou o material circulante na copa do chapéu,

mandou vigiar pela solicita formiga branca das Caldas³ todas as entradas da villa – e sentouse depois em um wagon abandonado a contemplar a propria gloria.

De hora a hora telegrammas para os jornaes. Alli, perto do Freitas não havia greve. Alli nos seus dominios não surgia a sombra de um grevista. Viesssem comboios, muitos comboios, quantos comboios o governo quizesse – e o Freitas, crescendo á vista do publico, tal como aquelle phenomeno que esta no Colyseu, os faria circular livremente.

Mas não vieram os comboios, não appareceram os comboios, e o Freitas não poudo completar a sua obra. No livro de ouro da sua acção na greve faltou essa pagina estupendamente gloriosa. Em todo o caso, registre-se para constar da historia: Freitas comia na estação. Freitas bebia na estação. Freitas dormia na estação. Freitas, enfim, fazia na estação tudo o que manda o regulamento.

Justiça aos próprios adversarios.»

Na edição de 22 de Fevereiro de 1914, o semanário caldense *O Defensor* lamenta o anúncio do pedido de exoneração do administrador Maldonado Freitas.

Diferente posição tem o semanário leiriense *O Radical*, que depois de exultar com o abandono do cargo por parte do polémico farmacêutico, na edição de 19 de Março afirma que este, deixou o cargo mas não o poder: «[...] estamos na mesma como d'antes, se é que não estamos peor ainda. O alcaide Freitas pediu a demissão, mas ficou a mexer os cordelinhos por detrás da cortina [...] de modo que

o presidente da câmara é apenas um humilde e respeitoso servo ás ordens do alcaide [...]».

O articulista, que assina “Braz de Salir”, não esconde a aversão pela figura do farmacêutico, numa prosa nas margens do insulto pessoal, típica da época: «[...] Quem nos havia de dizer a nós, filhos das Caldas, amigos da nossa terra, que ainda havíamos de ver este alcaide de metro e vinte de altura, a mandar em tudo isto, a dispor de tudo e de todos, como se já não houvesse caldenses, como se aquella creatura, sem intelligencia, sem prestigio, sem educação, fosse aqui rei e senhor absoluto [...]».

Incondicional apoiante de Sebastião de Lima, o semanário leiriense não lhe perdoa a afronta da aproximação a Maldonado Freitas: «[...] Dizem-nos que o nosso amigo, sr. Sebastião de Lima, a cujo carácter sempre prestamos homenagem, já recebe o Freitas em sua propria casa, já o ouve, já o atende também. Se assim é, não invejamos ao nosso amigo Lima esta ridicula transigencia... Antes a morte [...]».

Não bastou a acção enérgica do controverso administrador durante a impopular greve dos ferroviários, para gerar um mínimo de consenso à volta da sua figura. Amado por uns, odiado por outros. Com ele nunca foi possível a indiferença.

(Footnotes)

¹ De acordo com José Manuel Tengarrinha (Estudos de História Contemporânea de Portugal - Caminho)

² Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, 6.ª edição, pág. 200.

³ Milícia clandestina, composta sobretudo por carbonários

Recortes da REPÚBLICA

Singularidades da República

Eleita a vila termal como objecto de estudo da agitação republicana entre 1910 e 1915, vasculhados os jornais da região e dedicadas 15 crónicas ao conhecimento da época, através de transcrições de pequenos textos onde transparecem as paixões políticas daquele tempo, é hora de balanço, ou não fosse hora de despedida.

Os jornais falam por si, em mensagens que podem ser lidas de maneira diferente por cada leitor, e o cronista, que não gosta de falar na primeira pessoa, abre uma excepção para partilhar meia dúzia de ideias, talvez mal alinhavadas e um pouco dispersas, retiradas da leitura de periódicos velhos com textos actuais.

Nos tempos que correm, conhece-se o mundo antes de conhecer a aldeia ou a rua onde se nasceu. Não foi sempre assim. Antes pelo contrário. O que se dizia noutro tempo era que quem conhecia a aldeia conhecia o mundo, para significar que aquela partícula da realidade social e política era uma amostra genuína dum contexto mais vasto, onde, apesar das grandes semelhanças, não se diluía devido às pequenas diferenças.

A aceitarmos o velho aforismo, o que se passou na vila termal ter-se-á passado no resto do país.

Será verdade?

Há que demonstrá-lo.

1. ENTRE A EXCLUSÃO E A ATRAÇÃO.

Enquanto a monarquia se desmoronava no rotativismo, sem energia nem entusiasmos, o Partido Republicano (fundado em 1876) mostrava-se incapaz de constituir uma alternativa sólida, devido a divisões internas e à falta de implementação fora dos meios urbanos.

Tudo se começa a alterar em 1908, com a eleição de sete deputados (4 por Lisboa, 2 por Setúbal e 1 por Beja), e com a conquista da Câmara de Lisboa, na sequência da "greve" dos partidos monárquicos, traduzida na recusa de apresentação de candidaturas por parte dos partidos Regenerador e Progressista, por discordarem de Ferreira do Amaral quanto à convocação de eleições.

Até 1910, assiste-se a um acentuado crescimento do PRP, que nesse ano regista 165 centros republicanos no continente

(sendo 21 em Lisboa).

À semelhança do que acontece por todo o país, em 1906 nasce um centro republicano na vila termal¹, agrupando-se nesse núcleo «operários, trabalhadores das mais diversas profissões», na versão de Luiz Teixeira (Gazeta das Caldas, 14.10.1928), parcialmente coincidente com o testemunho de Avelino Belo: «filhos naturais e adotivos desta terra, operários e comerciantes de conhecida reputação» (Leiria Ilustrada, 29.04.1911)².

Implantada a República, os monárquicos são afastados dos centros de decisão política, tornando incontornável o problema: com que estruturas locais contará o Partido Republicano, para ocupar o poder conquistado?

Por outro lado, o exército e os tribunais continuam dominados por pessoas afectas ao antigo regime e à igreja católica, que se tornam formalmente republicanos, sem verdadeiramente se identificarem com a República.

À semelhança com o que se passa por todo o país, no dia seguinte ao da implantação da República assiste-se à desenfreada correria de monárquicos a inscreverem-se no centro republicano caldense, como se conclui da interminável lista publicada na edição do *Direito do Povo* de 22 de Janeiro de 1911.

Na mesma edição e logo por debaixo da lista o semanário caldense reafirma o monopólio do velho centro: «... A inscrição republicana continua aberta. Todo o cidadão que desejar inscrever-se no cadastro republicano pode fazê-lo no Centro Almirante Reis...».

O país tem cinco milhões de almas. Para o líder republicano José António de Almeida, trezentas mil seriam republicanas, mas há quem defenda que haveria apenas cem mil fervorosos adeptos do novo regime, exclusivamente centrados nos meios urbanos³.

Duas teses se confrontam no governo e directório republicanos, relativamente à forma como lidar com esta realidade: os moderados, chefiados pelo ministro do Interior do governo provisório, António José de Almeida, acham que a República não pode sobreviver sem os republicanos convertidos – é a chamada política da atracção; os radicais, liderados pelo minis-

tro da Justiça Afonso Costa, entendem que a atribuição de funções políticas aos antigos monárquicos teria o elevado preço da apropriação da revolução por parte destes.

Na semana seguinte ao 5 de Outubro, já o jornal *A Luta*, de Brito Camacho (que veio a ser ministro do Fomento do governo provisório), proclamava que a República não podia converter-se na Monarquia com outro nome.

Há por todo o país uma tensão latente entre os “novos” republicanos e os republicanos “históricos”, “de sempre”, “da velha guarda”, e “leais” – adjetivação que passa a constituir um “carimbo” de autenticidade, sistematicamente utilizada na imprensa da República.

Traçado o cenário do país, vejamos o que acontece na vila termal.

No notável documento divulgado em 7 de Outubro de 1910, o primeiro administrador republicano do concelho, Joaquim Manuel Correia «pede a todos os cidadãos do mesmo concelho que cooperem digna e honestamente para a consolidação da República Portuguesa».

A política de conciliação do administrador confrontar-se-á com a irredutível oposição de João António Duarte, presidente da comissão paroquial republicana, editor e proprietário do semanário *Direito do Povo*, que exige a suspensão de todos os funcionários da câmara, selagem de todos os arquivos e imediata sindicância das gestões anteriores.

Tal como acontecia no país, confrontavam-se na vila duas tendências: diálogo e “atração”; confronto e exclusão.

Vencido, Joaquim Manuel Correia retira-se para não mais regressar, com uma dignidade invulgar na política.

Afastado João António Duarte da liderança dos radicais, sucede-lhe Custódio Maldonado Freitas, e agudiza-se a guerra que há-de incendiar a vila política termal nos anos que se seguem, travada entre republicanos “leais, históricos, de sempre, da velha guarda”, e os “novos”, aderentes de última hora, desprimoradamente baptizados por “adesivos”.

Os militantes republicanos, agrupados no centro que veio a receber o nome do Almirante Cândido dos Reis, não aceitavam que a revolução não afas-

tassem definitivamente «[...] a mesma gente que ainda hontem ou perseguia ou calunhiava os republicanos; a mesma gente que já a revolução na rua, confiava ainda na intervenção estrangeira para lhe garantir o deboche da gamella; toda essa escumalha de alfurja que [...] correu a associar-se-nos [...]», como bradava o *Direito do Povo* de 20 de Novembro de 1910.

O mesmo jornal caldense, na edição seguinte (27 de Novembro), manifesta raivosamente todo o seu ressentimento para com os monárquicos convertidos: «[...] são como mestiços de lobo e cadella: quando o homem é atacado pelo homem defende o dono; quando é atacado pelo lobo, é contra o dono [...]».

O que mais desgostava os republicanos “históricos”, era a possibilidade de os aderentes “adesivos”, poderem tirar partido da revolução que não queriam, para manter cargos e privilégios. Como proclamava Brito Camacho em *A Luta* de 22 de Outubro: «Sim, a República fez-se para todos, mas isso não quer dizer que todos não devam conservar na República a situação que tinham na Monarquia».

A intransigência dos republicanos históricos caldenses (refugiados no centro Almirante Cândido dos Reis), em aceitar como “iguais” os novos aderentes ao regime, está na origem da criação de um centro republicano concorrente, baptizado com o nome de Miguel Bombarda e, doravante, todas as batalhas e conflitos políticos da vila termal serão travados entre estas duas entidades.

Do velho centro republicano fazem parte duas figuras de âmbito nacional – Artur de Almeida Leitão⁴ e Francisco de Almeida Grandella.

Um dos mais influentes dirigentes monárquicos da vila, Sebastião de Lima, segundo S. P. Danton⁵, em *A Questão Política nas Caldas da Rainha*: «[...] servindo-se da sua influencia sobre Francisco Grandella, consegue que este commeta o erro de se despedir de socio do Centro histórico, para se ir filiar no Centro (Miguel Bombarda) [...] cujos mentores eram monarchicos [...]».

Com a mudança de barricada por parte de Grandella, face ao seu poder junto das estruturas dirigentes do PRP⁶ e, particularmente, à sua amizade com o



poderoso Afonso Costa, altera-se definitivamente o equilíbrio. O centro Miguel Bombarda brilha na imprensa nacional e remete para a penumbra o inconformado centro rival.

A inauguração do novo centro traz à vila termal figuras republicanas nacionais, como José de Castro, França Borges e Tomás da Fonseca, e merece honras de primeira página do jornal *O Mundo* de 13 de Março de 1911, intransigente apoiante de Afonso Costa, dirigido pelo seu amigo França Borges.

O novo centro republicano conta com o incondicional apoio do semanário *O Circulo das Caldas*, que em editorial de 21 de Outubro de 1910, declara a sua conversão à República, bem como do semanário leiriense *O Radical*.

O centro Almirante Reis conta com o apoio do semanário caldense *Poder do Povo*, substituído nessa função, após o seu encerramento, pelo semanário *O Defensor*, e com o semanário *Leiria Ilustrada*. No entanto, à medida em que o centro rival vai encontrando apoio nas hostes de Afonso Costa, é visível o embaraço do jornal de Leiria, que nas edições de 29 de Abril e de 8 de Julho de 1911, manifesta enfado perante o interminável conflito, lamentando «[...] mui-

to sinceramente que não terminem de vez as desavenças existentes entre os dois centros, para tranquilidade dos caldenses [...]».

A política da “atração” vencerá, sendo disso exemplo a relevância que depois do 5 de Outubro teve na política caldense o líder regional do Partido Regenerador Monárquico, Sebastião de Lima⁷.

Apesar das figuras influentes do centro Miguel Bombarda, na liderança do centro Almirante Reis mantém-se uma figura política radical que conquistará várias vezes o poder, cairá em desgraça e voltará sempre – Custódio Maldonado Freitas.

Para o bem e para o mal, tal como Afonso Costa o foi para o país, o irredutível farmacêutico foi a face republicana da vila termal.

2. O ANTICLERICALISMO

O Partido Republicano elege os jesuítas como inimigos da República, e ainda em plena monarquia, no ano de 1882, promove as comemorações do centenário da morte do Marquês de Pombal, aproveitando o ensejo para lançar uma campanha permanente contra esta congregação religiosa, tendo como particulares mentores Guerra Jun-

Recortes da REPÚBLICA

República nas Caldas

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

queiro e Miguel Bombarda, que chega a preconizar a deportação do clero para uma ilha deserta ou o seu internamento em manicómios.

No jornal *A Vanguarda*, de 23 de Outubro de 1910, louva-se a ordem do ministro da guerra «[...] proibindo que as forças de terra, ar e mar vão arregimentadas assistir a esse estúpido espectáculo que se chama missa e com que a padralhada engrola os tólos, ah! pelas igrejas [...]».

Na edição de 6 de Novembro, o mesmo jornal chama «manhoso» ao bispo da Guarda, que declarara ter aderido à República, e nos jornais de circulação nacional todos os dias aparecem novas notícias contra o clero.

Na nação republicana, a Pátria era a única crença colectiva aceitável à luz da razão e da ciência.

Nos escombros da nação monárquica, o grito de revolta faz-se com duas palavras indissociáveis: trono e altar.

Vejamos o que se passa na vila termal.

Na lista publicada na edição do *Direito do Povo*, de 22 de Janeiro de 1911, surgem nomes de padres formalmente aderentes ao regime, como os dos párocos de Salir de Matos e de Santa Catarina, Manuel Delgado e Agnelo Monteiro Dinis.

No *Direito do Povo*, de 8 de Janeiro de 1911, os jesuítas são descritos como «verdadeiros antropófagos da consciência», «serpentes» e «miseráveis», e o semanário *O Defensor*, de 14 de Dezembro de 1913, exige uma actuação firme das autoridades contra um padre que «á frente dum grupo de beatas pretendeu vexar os liberais do concelho visinho».

Entre os dias 8 e 10 de Outubro de 1910, o administrador do concelho Joaquim Manuel Correia, para além do conflito entre o professor primário e o pároco de Santa Catarina (relatado na crónica *O Clero e a República*), enfrenta outros dois casos: a prisão na vila por dois sargentos de infantaria n.º 7, do padre Francisco Carreto de Barros, director da Casa da Saúde do Telhal, membro da Ordem de S. João de Deus, com sede em Burgos, Espanha; e a prisão por dois soldados de artilharia n.º 1, e por carbonários civis, de 3 frades franciscanos, 10 empregados e 13 alunos menores, do Instituto Missionário Português



de S. Bernardino.

De acordo com o relato do historiador caldense João B. Serra, o administrador agiu com o habitual bom senso, libertando os presos, e teve que enfrentar uma pequena multidão, aos gritos de «abaixo os talassas e os frades», vendo-se forçado a «mandar prender um taberneiro mais exaltado».

Mais tarde, em 2 de Abril de 1915, ocorre a prisão do líder republicano Maldonado Freitas, acusado de «lançar bombas e despejar pistolas» sobre uma procissão (1.ª crónica desta série).

Concluindo, também quanto a esta matéria, o que se passou no país aconteceu, à sua escala, na vila termal.

3. A DEFESA DA REPÚBLICA

É conhecida a relevância do papel da Carbonária, no deflagrar da revolução de 5 de Outubro.

Esta força clandestina, no juramento iniciático intermedia os seus membros em termos que não deixam dúvidas sobre a sua vocação: «Estás, tu, disposto a pegar numa arma – carabina, revólver, punhal ou bomba – e a esperar, onde quer que seja, um tirano do povo para executares nele justiça sumária?».

São inúmeras as referências nos jornais da época, à célebre «formiga branca» – milícia clandestina composta na sua essência por carbonários, considerada uma espécie de «exército

pessoal» de Afonso Costa, que combateu a política da «atração», e que a partir de 1911 criou «batalhões de voluntários» organizados em «comissões de vigilância e de defesa da república».

O mais famoso operacional da famigerada «formiga branca» em Lisboa é João Borges, também conhecido por «João das Bombas» (fotografado pela *Ilustração Portuguesa* numa das imagens que acompanham este texto), controlado por Afonso Costa.

Esta milícia garante ao líder o controlo da rua, com acções como o «empastelamento da imprensa monárquica», relatado e fotografado pela *Ilustração Portuguesa* na edição de 16 de Janeiro de 1911 (n.º 256, pág. 26), onde se dá conta do ataque aos jornais *Correio da Manhã*, *Diário Ilustrado* e *Liberal* que «atacavam o governo da República».

A Carbonária tinha um núcleo na vila termal¹⁰, e na edição de 22 de Janeiro de 1911 do *Direito do Povo*, há uma crónica subscrita por Galeno¹¹, verdadeiro grito de guerra, onde se sugere: «[...] organização de defesa à mão armada, da nova ordem social, com chefes nomeados provisoriamente pela própria população armada. Prisão imediata, em todo e qualquer lugar em que se encontrem os membros criminosos do extinto regime: ministros, generais, chefes da polícia, assim como os caciques que ajudaram a levar este pobre paiz à ruína. A pri-

soa d'estes personagens seria mantida até depois das constituintes, para não terem ocasião de perturbarem a marcha da República [...]».

No *Leiria Ilustrada* de 18 de Novembro de 1911, é publicada uma carta subscrita por representantes do «Grupo Carbonário Vigilante Caldense», havendo relatos na imprensa regional da actuação deste grupo que se considerava legitimado a prender cidadãos só pelo facto de darem «vivas à monarquia».

O *Radical* de 22 de Janeiro de 1914 faz uma referência à «formiga branca», insinuando a sua existência na vila termal, e o seu controlo por Maldonado Freitas.

Também em matéria de «defesa da República», à sua escala a vila foi reflexo do país.

4. EM CONCLUSÃO

Logo após o 5 de Outubro o sector mais radical do Partido Republicano, com especial destaque para Brito Camacho (jornal *A Luta*) passou a exigir «a República para os Republicanos», visando a exclusão dos monárquicos de qualquer cargo público.

Esta ideia, defendida de forma intransigente pelo sector radical caldense (veiculada pelos jornais *Direito do Povo* e *Defensor*), comportava um risco de grande instabilidade social e política, dado que a revolução não tinha alterado minimamente a hierarquia social alicerçada na propriedade da terra, e o núcleo republicano caldense,

agrupado no único centro à data existente na vila, era composto na sua quase totalidade por operários, caixeiros e comerciantes, sem experiência de gestão da «res pública» e sem condições para suprir o eventual vazio de poder nas estruturas política e administrativa do concelho.

No conflito interno que opõe o directório republicano ao governo provisório, aquela estrutura partidária impõe o seu controlo sobre o partido, anunciando que só reconhecerá as adesões à República efectuadas perante as comissões republicanas existentes antes do 5 de Outubro.

Esta posição revela-se favorável ao velho centro republicano caldense, que vem a assumir a designação de Almirante Cândido dos Reis, liderado por Maldonado Freitas, mas o triunfo da pragmática política da «atração» será a sua inevitável derrota.

A brecha provocada por divergências entre os republicanos «históricos» caldenses é aproveitada pelos monárquicos formalmente aderentes ao novo regime «adesivos» que com eles fundam um novo centro republicano, baptizado com o nome de Miguel Bombarda, incondicionalmente apoiado pelo velho semanário caldense *O Círculo das Caldas*, também ele convertido ao regime triunfante.

No novo centro, com a bênção do poderoso Afonso Costa, por influência directa de Fancisco Grandela, há lugar para as duas figuras mais relevantes da monarquia na vila e mais detestadas pelo núcleo republicano «histórico» – o director do Hospital, Augusto Cymbron, e o notário Sebastião de Lima.

Nos tempos agitados que se seguem, todas as guerras da vila termal se irão travar entre inimigos políticos irredutíveis, entinchados em centros rivais, sendo esta, talvez, a característica mais específica da agitação política caldense que, no mais, como já se concluiu, não diverge do que ocorreu por todo o país.

(Footnotes)

¹ «Numa casa sita na Rua dos Artistas» (*Direito do Povo* de 11.12.1910).

² De acordo com o testemunho de Adriano Teixeira Pinto no *Leiria Ilustrada* de 18 de Março de 1911, o primeiro centro

republicano da vila terá sido criado em 1891, como reacção à resignação da coroa portuguesa perante o ultimatum inglês.

³ Vasco Pulido Valente – *A República Velha, 1910-1917*.

⁴ Jornalista e médico, tem família em Caldas e goza da amizade de Sebastião de Lima e Francisco Grandela. Condenado a pena de prisão por crime de imprensa na ditadura franquista, em 1907, refugia-se na casa de Grandela na Foz do Arelho e escreve em 1908 um ensaio célebre e polémico sobre João Franco «Um Caso de Loucura Epiléptica».

⁵ Sucede a Joaquim Manuel Correia, no cargo de administrador do concelho (*Círculo das Caldas*, 10 Novembro 1910)

⁶ Pseudónimo de Sérgio Joaquim Príncipe (João B. Serra, *Elites Locais e Competição Eleitoral* em 1911), redactor principal de *O Defensor*, curiosamente, filiado no Partido Republicano já depois de 5 de Outubro, de acordo com a lista publicada neste jornal, na edição de 22 de Janeiro de 1911.

⁷ S.P. Danton refere uma proposta de Maldonado Freitas, no sentido de fusão dos dois centros caldenses, e o semanário *O Radical*, na edição de 19 de Março de 1914 dá notícia de encontros entre Maldonado Freitas e Sebastião de Lima, na casa deste.

⁸ Relatados por João B. Serra in *Elites Locais e Competição Eleitoral* em 1911, tendo como fonte um manuscrito de Joaquim Manuel Correia. Estes casos não constam da imprensa da época.

⁹ Vasco Pulido Valente – *O poder e o Povo*, 6.ª edição, pág. 94.

¹⁰ Vasco Pulido Valente (*O poder e o Povo*, 6.ª edição, pág. 99), refere a existência desse núcleo, e S.P. Danton (*A Questão Política das Caldas da Rainha*, pág. 31), afirma que o mesmo é composto «por um grupo de mais de 60 filiados, todos republicanos», por oposição à Maçonaria, que diz ser maioritariamente monárquica.

¹¹ Nome simbólico de Custódio Maldonado Freitas, na Loja Maçonica Fraternidade de Óbidos, onde foi iniciado.

Recortes da REPÚBLICA

Padre António

Por: Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

Pode acontecer a qualquer cronista.

Traça-se um percurso prévio, organiza-se um mapa por onde as crónicas hão-de evoluir ordeiramente, e eis que se tremalham, imprevisíveis, perdidas por veredas e atalhos.

Foi o que se passou com esta crónica.

Tinha-a reservado para a segunda série de "Recortes de Jornais" e, irresistivelmente, aparece nos "Recortes da República".

Trata-se de um padre, uma grande figura da sua época, que viveu longamente entre a monarquia e a república, mais comprometido com aquela do que com esta.

Através das amizades que cultivou, o padre António José d'Almeida fez a ponte entre o último representante da monarquia (se excluirmos o efémero reinado de D. Manuel), e o último representante do Estado Novo.

Na versão unânime dos jornais do seu tempo, era uma figura notável, como concluirão os leitores na prosa que se segue.

A lendária atracção do rei D. Carlos pela vila thermal, chegou a ser motivo de crítica, no conturbado ambiente político em que reinou, como transparece de uma carta de António Cândido a José Luciano: «[...] el-rei continua a divertir-se nas Caldas, a divertir-se ruidosamente. Que mau efeito faz isto! [...]».

O historiador Alfredo Gallis faz referência a um amigo especial do rei, o padre António José d'Almeida, definindo-o como o único eclesiástico próximo do monarca: «[...] padre liberal e divertido, que preparava caldeiradas divinas muito do agrado do rei [...]».

Alberto Pimentel, nas suas «Chronicas de Viagem», de 1888, define o célebre padre, como orador sagrado, valsista, cantor e poeta, e conta deliciado um almoço em Óbidos, onde o Padre António residia, na «única hospedaria» existente na vila.

O padre levantou-se cedo

para caçar duas perdizes para os convidados, mostrou-lhes as igrejas, falou com entusiasmo da história da vila medieval, e concluiu, apontando o horizonte «[...] Olhe lá: Vê aquelle azul, além? É a lagôa. Você já foi á Foz do Arelho? Pois eu vou amanhã para lá. Morro por aquillo; gosto de estar só na Foz. Faço-me pescador, e gosto! [...] eu na Foz sou selvagem: vivo na natureza [...]».

Apesar da sua lendária simplicidade, a amizade do rei, a voz de barítono e o verbo eloquente granjeiam-lhe enorme popularidade entre os poderosos da região, que não dispensam a sua presença nem a sua palavra nos eventos sociais, como o que vem relatado no semanário *O Círculo das Caldas*, de 10 de Junho de 1909: «[...] efectuou-se no domingo ultimo, no templo de Santa Maria, em Obidos, um solemne Te-Deum em acção de graças pelo completo restabelecimento da menina Maria Adelaide da Gama, interessante filha do nosso prezado amigo e illustre deputado por este círculo, sr. Luiz Xavier da Gama. [...] Em seguida a esta solemnidade, foi offerecido na sala das sessões da camara municipal d'Obidos, pelo senhor Frederico Pinto Basto um bode a 100 pobres, que constou de rações de bacalhau, pão e arroz e 50 reis em dinheiro. Antes do bode discursou brilhantemente o distincto orador sagrado rev. padre Antonio d'Almeida, que, com a sua palavra sincera e fluente, impressionou todo o auditório [...]».

Implantada a República, Óbidos é notícia frequente no jornal *O Mundo*, que na edição de 3 de Janeiro de 1911 acusa Luiz da Gama de conspirar numa farmácia da vila, onde alegadamente promove "reuniões de caciques", com vista a «[...] lançar as bases para a organização de um novo partido monarchico destinado a cavar as ruínas da República [...]».

Perspectiva diferente tem o semanário leiriense *O Radical*, que na edição de 27 de Julho do

mesmo ano assume a intransigente defesa da figura do gadeiro, preconizando a sua adesão ao «*Novo Partido Republicano do Districto de Leiria*», por o considerar «*Homem que nunca recebeu cinco reis do Estado, que diversas vezes se collocou até ao lado dos deputados republicanos no Parlamento, espirito liberal, cidadão honradissimo [...]*».

Alheio às polémicas políticas, o Padre António passa incólume pela onda anticlerical que varre o país e a sua pregação é sempre notícia nos jornais da região, mesmo na agitação política que se segue à implantação da República, como acontece na edição de 2 de Abril de 1911 do semanário *O Círculo das Caldas*, onde se refere que «[...] se effectuaram na egreja do Espírito Santo, nesta villa, festividades dos Passos e de Nossa Senhora das Dôres, pregando de manhã e á noite o distincto e conhecido orador sagrado, o rev. Padre António d'Almeida [...]».

Na edição de 22 de Abril de 1928, a *Gazeta das Caldas* dá notícia do falecimento do Padre António, ocorrido no dia 16 de Abril, com uma citação do escritor espanhol Francisco Giner de los Rios: «[...] um escritor racionalista português disse ao Padre António da primeira vez que falou com ele - quem o conhece até se reconcilia com a Igreja Católica».

A morte do padre é notícia também no jornal *O Obidense* de 15 de Maio de 1928, que refere «a idade de oitenta anos incompletos», e conta que esteve alguns anos nas Caldas «como capelão da irmandade do Santíssimo», tendo sido colocado em Óbidos, em 1884, como «capelão do Santuário do Senhor da Pedra».

Segue-se o elogio do finado, com destaque para a sua eloquência de orador: «Sempre que o cirio de Obidos ia á Nazaré, era o padre António quem pregava o sermão da sua festa [...]»; e para o seu gosto pela música: «[...] Cultivava a música com



■ Igreja do Senhor da Pedra, onde o padre António José d'Almeida exercia as funções de capelão (foto Inês Querido)

grandes conhecimentos, tendo uma bela voz de barítono [...]».

O jornal de Óbidos não esquece os dotes de caçador, nem a amizade régia: «[...] O sr. padre António, como geralmente era conhecido, era um caçador infatigável. Tinha umas pernas e uns pulmões de aço. Ninguém o queria acompanhar, porque ele cansava todos. O rei D. Carlos era amigo íntimo dele, era o seu companheiro nas caçadas que aqui vinha realizar e nas pescarias da lagoa [...]».

Finalmente, uma referência à pobreza do padre, por opção: «[...] Podendo ter deixado uma fortuna, porque a ganhou, pela predica muito dinheiro, vivia desde ha anos da generosidade do sr. Frederico Pinto Basto e de sua ex.ma esposa D. Emilia Pinheiro, que lhe tinham verdadeira afeição [...]». O seu cadáver ficou depositado no jazigo do sr. Frederico Pinto Basto, das Gaeiras, um grande amigo. [...]».

Na mesma página, o jornal *O Obidense* dá notícia de uma viagem: «[...] Para Vizeu seguiu ha dias o sr. dr. Marcelo Caetano, illustre advogado e official do Registo Civil nesta vila».

Logo abaixo, sob a epígrafe «Padre António José

d'Almeida», uma curiosidade, acerca da identidade do acolito de uma missa: «[...] Por alma deste virtuoso sacerdote celebrou-se uma missa no dia 20 de Abril proximo findo, na egreja de S. Pedro, sendo celebrante o padre da mesma egreja, que teve por acolito o sr. dr. Marcello Caetano, amigo do finado [...]».

Depois de ter sido amigo do rei D. Carlos, o Padre António tornara-se amigo de um jovem licenciado em direito, que se tornaria o último presidente do governo do Estado Novo, em vigor até 25 de Abril de 1974.

Apaixonado pela vila medieval, o jovem Marcello Caetano enaltece-a na imortal nota introdutória ao «Óbidos - Guia do Visitante», de Luís de Freitas Garcia, escrita em 1929: «[...] Não é terra para se ver com curiosidade, é uma relíquia para se contemplar com amor; não quer grosseria de maneiras, mas delicadeza de gestos; não pede exclamações de espanto, mas sim murmúrios de ternura; numa palavra, não é para turistas, é para namorados.»

Também andou pela vila thermal, como nos revela um curioso anúncio publicado na *Gazeta*

das Caldas de 15 de Julho de 1928:

«Marcello Caetano Advogado. Escritório em Óbidos e nas Caldas.

Consultas nas Caldas Avenida Heróis da Grande Guerra, n.º 52 às 3.ª, 5.ª, Sábados e Domingos das 11 às 16 horas.»

Na sua crónica, depois de referir os amigos poderosos do padre António José d'Almeida, *O Obidense* fala dos pobres e dos gestos de grandeza como o que o levou à perflilhação «[...] ha catorze anos, duma creança, o pequeno Tiago, que seria mais um infeliz, abandonado, se não fora o gesto caritativo do bondoso sacerdote [...]», e conclui: «Que descanse em paz quem neste mundo só praticou o bem.»

Carlos Querido
(carlos_mq@hotmail.com)

NR - Por lapso esta crónica deveria ter antecedido a da semana passada, que estava destinada a ser a última dos Recortes da República. Por este erro, pedimos desculpa ao autor e aos nossos leitores.

PUB.

CAIXILHARIA DE ALUMÍNIO
José Luís Pimenta Filipe
Portas - Janelas - Marquises
Divisórias de Banheiras e Chuveiros, etc.
Rua do Compromisso, 33 Bairro dos Aneiros
2500 - 283 Caldas da Rainha
Tel: 262 831 055 - Telem.: 917 302 917
www.pimentalumínios.com (5786)

REPARA E CONSTRÓI
TODOS TRABALHOS CONSTRUÇÃO CIVIL
REMODELAÇÃO E RESTAUR
Tel: 912 386 827
E-mail: reparaconstroi@gmail.com

MUDANÇAS
Fialho Silva
Desmontagem e montagem de móveis
Embalamento
Para todo o país
919 369 582 - 964 191 601
www.mudancasfialhoesilva.com